

Criando o Tribunal de Contas do futuro



COMUNICAÇÃO
VEM AI A NOSSA
TV CIDADÃ

PAG. 17

ENTREVISTA ROSA TENÓRIO
O CONTROLE INTERNO VIVE
MOMENTO RICO; QUEM NÃO
ENTENDER VAI FICAR PARA TRÁS.

PAG. 37

ESPAÇO DO SERVIDOR
DEPOIMENTO
DE UM BONSAÍSTA
ALAGOANO

PAG. 52

NO ANO NOVO UMA NOVA TV BEM MAIS PERTO DE VOCÊ



O Tribunal de Contas de Alagoas oferecerá ao povo alagoano a imagem da **TV Cidadã**, um canal aberto e gratuito, moderno, com sinal **digital, em HD**, em convênio com a **TV Senado**. Através do canal 35.2 – O TCE/AL divulgará suas atividades diárias, especialmente as ações de Controle das Contas Públicas. O Senado Federal utilizará o 35.1 e a **Câmara dos Deputados**, o 35.3. O canal 35.4 futuramente será dedicado à educação à distância.

EM BREVE NO AR



Canal 35.1



Canal 35.2



Canal 35.3

Palavra do presidente



Após onze meses de gestão, impõe-se uma análise, ainda que breve e à guisa de prestação de contas, das ações empreendidas à frente da Corte de Contas de Alagoas, sendo alvo de destaque inicial, a reforma em caráter de emergência, das instalações elétricas do edifício-sede, incluindo a sua rede lógica, combate a incêndio e pânico, fruto de laudos técnicos determinantes dessa providência, inclusive do Corpo de Bombeiros Militar. Ainda no terreno das melhorias estruturais físicas e das condições de trabalho, destaco farta aquisição de computadores, móveis e equipamentos, incluindo 200 monitores, como etapa fundamental para dinamizar o processo de modernização, com foco primordial no Setor de Protocolo.

Para que o Tribunal atue com maior eficácia em relação à sua atividade fim, promoveu-se a reestruturação da Diretoria de Fiscalização Municipal e ampliou-se o leque das auditorias operacionais, em áreas específicas de atuação coordenadas nos Regimes Próprios de Previdência Social; Governança e Ações de Saúde; instalações e equipamentos de escolas públicas de ensino fundamental; controle conjunto de vínculos e remunerações de pessoal na Administração Pública Nacional; estratégia de Controle de Segurança Pública e situação de Governança na Administração Pública,

a partir de informações obtidas em levantamento nacional. Todas essas atividades fiscalizadoras decorrem de Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Tribunal de Contas da União, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e Instituto Rui Barbosa (IRB).

Outras importantes assinaturas e renovações de Convênios, Contratos e Termos de Mútua Cooperação foram firmados com, entre outros órgãos, Ministério da Previdência Social, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Governo do Estado, Receita Federal, e Tribunais de Contas dos Estados de Sergipe, Mato Grosso e Tocantins, tendo sido, também realizado o completo levantamento dos Portais de Transparência dos Municípios Alagoanos, em parceria com o Fórum de Combate à Corrupção de Alagoas (FOCCO).

Na área específica de tecnologia e informática, vale realçar as medidas aplicadas ao sistema de virtualização processual, dando-lhe mais dinâmica e celeridade. Foram elas complementadas pelas introduções dos sistemas biométrico de controle de acesso de pessoal, assinatura online e de acervo documental de interdigitalizados.

Nesses onze meses de administração, através da realização de parcerias com o Sindicato dos Servidores do TCE/AL (Sindicontas) e a Associação dos Servidores (Astca), foi possível promover mudanças culturais, contribuindo para o desenvolvimento da autoestima dos servidores da Casa.

Com essas ações, além de outras de cunho administrativo, creio, o TCE/AL avançou substancialmente para o alcance de sua modernização plena, com o aprimoramento dos controles interno e externo, determinantes para o correto supervisionamento quanto ao emprego dos recursos públicos.

Otávio Lessa de Geraldo Santos

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas

Conselho Diretor

Presidente
Cons. Otávio Lessa de Geraldo Santos

Vice-Presidente
Cons. Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque

Corregedor Geral
Cons. Cícero Amélio da Silva

Ouvidora
Cons. Maria Cleide Costa Beserra

Diretor-Geral da Escola de Contas Públicas
Cons. Anselmo Roberto de Almeida Brito

Conselheiro
Fernando Ribeiro Toledo

Procurador-chefe da Procuradoria Jurídica
Ivan Craveiro Barros

Diretorias

Diretor de Gabinete da Presidência
Orlando de Araújo Castro

Diretor-Geral
Daniel Raimundo de Mendonça Bernardes

Diretor de Comunicação
Geraldo Câmara

Diretora de Fiscalização da Administração Financeira e Orçamentária Municipal (DFAFOM)
Rosa Maria Barros Tenório

Diretor de Fiscalização e Administração Financeira Orçamentária Estadual (DFAFOE)
Ismael Santos da Silva

Diretora de Fiscalização das Autarquias, Sociedade de Economia Mista e Fundações (DFASEMF)

Maria Rejane Vasconcelos Santos Souza

Diretor Administrativo
Edjar Oliveira Pereira

Diretor Financeiro
Marcelo Fernandes Maia Dias

Diretor de Recursos Humanos
Valter Oliveira Silva

Diretora de Planejamento e Orçamento
Maristela de Alcântara Silva

Diretor de Tecnologia e Informática
Kerchenn Elteque de Oliveira Pereira

Diretor da Movimentação de Pessoal (DIMOP)
Flávio Ruy Pereira de Melo

Procurador-chefe do Ministério Público de Contas
Rafael Rodrigues de Alcântara



Expediente:

Diretores
Geraldo Câmara e Valtenor Leônico

Assessor Especial
Celso Ribas Jr.

Editoria
José Alberto

Fotografia
Eliú Almeida de Araújo e Fabiane Mendes

Colaboradores
Ana Nery Carneiro, Ana Fátima Lobo Jucá, Érika Silva, Jalon Cabral, Kleiner Melo, Magnólia Góes Lobo, Nairycarta Carvalho.

Diagramação
Darlan Macedo

Revisão
Alves Damasceno

SUMÁRIO

Entrevista	05	Corregedoria Geral	35
Presidente Otávio Lessa Criando o Tribunal de Contas do futuro		Conselheiro Cícero Amélio eleito Corregedor Geral do Tribunal de Contas	
Artigo	08	Entrevista Rosa Tenório	36
Atricon, aprimoramentos e desempenho dos Tribunais de Contas		O controle interno vive momento rico; quem não entender vai ficar para trás.	
Artigo	10	Diretorias	38
O papel constitucional dos Tribunais de Contas		DFAFOM - Diretoria administrativa - Diretoria de Planejamento e Orçamento - DFASEMF - Diretoria Financeira	
Artigo	11	Diretoria de Recursos Humanos	39
A Prescrição da multa nos Tribunais de Contas		Recursos Humanos moderniza rotinas e cria programa de qualidade de vida	
Artigo	12	Os serviços Médico e Odontológicos	40
Quinze anos da Lei de Responsabilidade Fiscal		O serviço Médico e Odontológico atuam na área de prevenção	
Diretorias	13	Serviço Social	41
Diretoria de Gabinete da Presidência		O Serviço Social apoia servidores e seus dependentes	
Diretoria de Comunicação	14	Cerimonial	42
Comunicação sem Milagres		Cerimonial coordena os eventos oficiais	
Artigo	16	Protocolo	50
Um elefante que não sabe a força que tem		Modernização do Protocolo, mais segurança e rapidez	
Artigo	17	Academia	51
Vem aí a nossa TV Cidadã!		Centro de Atividades Físicas cuida da saúde dos servidores	
Entrevista	18	Espaço do servidor	52
Daniel Bernardes O condutor da transformação do Tribunal de Contas de Alagoas		Depoimento de um bonsaista alagoano O Abstracionismo de Célia Santos Exemplo de superação pela música	
Diretoria de Tecnologia e Informática	20	Esporte	55
Uma fábrica de soluções para modernização do TCE/AL		Projeto busca disseminar a prática esportiva entre servidores do TCE	
Artigo	22	Coral	56
A força do rádio alagoano		Coral Cantos & Contas, integra e encanta servidores do TCE	
Engenharia	23	DEFAFOE	57
O desafio de reformar um prédio sem desocupá-lo ou interromper a rotina de seus usuários		A Diretoria de Fiscalização Estadual modernizou suas rotinas de trabalho	
Escola de Contas Públicas	24	ASTCA moderniza-se para cuidar da saúde e do bem-estar dos associados	58
Escola de Contas Públicas um baluarte do Tribunal de Contas			
Ministério Público de Contas	26		
Luiz Eustáquio Toledo, um nome forte na história do TCE/AL	30		
O mais novo conselheiro, Fernando Tolêdo	32		
Ouvidoria	33		
O papel da Ouvidoria no Tribunal de Contas			
DIMOP	34		
Dimop acompanhará vida funcional dos servidores públicos			



CRIANDO O TRIBUNAL DE CONTAS DO FUTURO

Ao assumir a presidência do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em janeiro deste ano, o conselheiro Otávio Lessa passou a preocupar-se com a modernização dos sistemas e métodos até então utilizados no Tribunal. A partir daí, vem desenvolvendo um projeto a ser cumprido ao longo de seu mandato, que deixará o TCE/AL em igualdade com os mais modernos do país. Em conversa com o jornalista Geraldo Câmara, ele falou sobre o Tribunal de Contas, as mudanças que estão em andamento e o que ainda pretende realizar até dezembro de 2016.

Geraldo Câmara - O mandato do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, é de dois anos, já se passaram seis meses. Nesse período, Otávio Lessa tem

feito uma revolução dentro do Tribunal, no que diz respeito à transparência interna. Isso tem sido muito importante para que sejam abalizadas as situações para a transparência externa?

Otávio Lessa - Isso é fundamental. Estamos buscando um melhor patamar. O que mais atrapalha é a falta de recursos. Eu quero sentir que a nossa gestão avança, que o Tribunal tem um planejamento, seguindo uma linha de conduta que possibilite a outros presidentes continuarem o mesmo plano, obviamente, aprovado pelo Pleno. Acho que é esse o caminho. Dedicar-me cada vez mais à Escola de Contas Públicas, uma vez que ela é a porta para que os gestores possam errar menos, trabalhando com mais eficiência.

GC - Diria, então, que o que faltava e é o que você está empenhado a fazer, seria o planejamento estratégico do próprio Tribunal?

OL - Sem dúvida. Acho que este é o caminho. Nestes seis primeiros meses estamos só apagando incêndios; no segundo semestre é que poderemos instituir um planejamento estratégico, aprovado pelo Pleno, que seja adotado e se torne obrigatório o seu cumprimento. Aí está o avanço, porque qualquer que seja o presidente, ele terá de seguir o que foi planejado. Esta é a necessidade e a forma de conduta que todos terão que adotar. O governador Renan Filho está nessa mesma linha de conduta que, a cada passo, todos poderão saber que está chegando a um objetivo maior. É na credibilidade que a sociedade

entende estar o Tribunal exemplarmente cumprindo o seu papel.

GC - Você está mexendo em feridas antigas de gestão, por exemplo, a questão dos servidores que têm que trabalhar?

OL – É porque não temos planejamento. Se houvesse, qualquer que fosse o presidente, teria de segui-lo, independente de sua forma de administrar. Obviamente, temos um problema cultural enorme. Pessoas que têm cargos efetivos não querem desempenhar suas funções. Isso foi deixado bem claro quando exigimos a presença de todos os servidores, desempenhando as suas funções. Foi dado a oportunidade de escolha de horário ou seja, flexibilizando a jornada de trabalho, mas exigindo a presença de todos em seus locais de trabalho e no desempenho de suas funções. A maioria está entendendo de forma positiva, mas aqueles que não estão, têm a possibilidade de requerer aposentadoria, se tiver tempo suficiente, ou pedir licença sem remuneração, por dois anos. Outro caminho será conseguir ser requisitado pelo Executivo, Legislativo ou Judiciário. O Tribunal está precisando de pessoas que trabalhem, porque existe carência em muitas áreas. Instalamos ponto eletrônico e os faltosos estão sendo penalizados através de descontos em seus contracheques. O mês crucial foi o mês de maio, quando, apuradas as faltas ocorridas em abril, os descontos referentes a essas ausências foram aplicados.

GC - Existe funcionário fantasma?

OL - Não. Existiam pessoas efetivamente dispensadas de ponto, o que ocasionavam a entrada e saída a qualquer hora, mas isso não aconteceu na minha gestão. Nós vamos trabalhar diariamente e esperamos que todos os funcionários também cumpram as suas obrigações, para poderem receber seu salário integralmente. Contra aqueles que deixaram de comparecer, cujas ausências foram constatadas pelo ponto eletrônico, - cerca de 30 pessoas -, já mandamos instaurar processos

administrativos que poderão resultar em demissões por abandono de emprego.

GC - O Tribunal de Contas também realiza fiscalização nas contas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário?

OL - Sim, é uma obrigação do Tribunal fiscalizar os gestores públicos, como acontece com as câmaras municipais, prefeituras, secretarias, o que é normal. Infelizmente, não temos pessoal técnico suficiente para fiscalizar todos os jurisdicionados. Anualmente, é feito uma amostragem para que os escolhidos sejam auditados, incluindo aí os Poderes, porque é obrigação do Tribunal.

“Eu quero sentir que a nossa gestão avança, que o Tribunal tem um planejamento, seguindo uma linha de conduta que possibilite a outros presidentes continuarem o mesmo plano.”

GC - Uma de suas metas de administração é a qualificação e a capacitação dos gestores municipais, para não haver desculpas de que “eu errei, porque não sabia”, não é verdade?

OL - É o que eu venho dizendo, este é o nosso carro chefe. É a nossa proposta de gestão, que começou internamente. O conselheiro Anselmo Brito, diretor geral da Escola de Contas Públicas, tem sido uma pessoa fantástica, dando todo o tipo de treinamento aos nossos técnicos. A Escola também vem oferecendo capacitação aos jurisdicionados em todas as níveis, justamente para evitar a desculpa do “errei porque não sabia”.

GC – Todos os municípios estão com seus Portais da

Transparência atualizados, contendo as informações exigidas por lei?

OL – Ainda não. Alguns deles atenderam às exigências legais. Mas estamos no caminho. Temos exigido o cumprimento da lei e, brevemente, todos estarão enquadrados, porque a própria comunidade também pressionará, no sentido de acompanhar via on-line, as ações dos seus gestores municipais.

GC - Qual é a relação do Tribunal de Contas com o Governo do Estado? Ele é um jurisdicionado seu. Como é essa relação?

OL - É igual a todos os outros jurisdicionados, com tratamento respeitoso. O governador tem entendido as nossas dificuldades e nós também entendemos as dele, quando houve a necessidade de corte no orçamento. O momento que a gente está vivendo é impar, o governo tenta minimizar os problemas que estão em nível nacional. Então, a relação com o governo é excelente, este é momento de união das instituições por Alagoas. Esse entendimento está no Legislativo, Executivo e no Judiciário, na Associação dos Municípios Alagoanos, na União dos Vereadores de Alagoas. Estamos buscando, cada vez mais, tornar essa união um movimento forte. Temos uma responsabilidade como personagens da administração pública. É um fato histórico que vai ser passado como legado. Nós teremos o que responder no futuro quando alguém perguntar “o que você fez quando teve a oportunidade de fazer?”

GC - A lei de responsabilidade fiscal fala que o gestor tem que gastar com funcionários um determinado valor. Se esse valor é superado, passando daquele estabelecido, o que acontecerá?

OL - Cada Poder tem um limite. No caso do Tribunal de Contas, por exemplo, esse limite representa 1% em relação à receita corrente líquida do Estado como um todo. Cada órgão terá suas limitações e excedê-las é crime. Teremos de fazer ajustes, cortes de despesas e, se for o caso, até demitindo

peças, o que é na verdade a atitude mais dura, mais grave. Demitir um servidor, privando-o do rendimento de que dispõe para manter a sua família, não é uma medida muito fácil de ser adotada. Isso pesa no coração do administrador.

GC - Você tem dormido mais ou menos?

OL - Eu tenho dormido pouco, preocupadíssimo com a responsabilidade de gestão que tenho como presidente do Tribunal neste momento difícil. Mais tenho recebido muito apoio das pessoas, no sentido de ultrapassar essa fase. Eu queria aproveitar esse momento para conchamar o apoio da iniciativa privada, dos jurisdicionados no sentido de ajudar Alagoas a sair da crise que vive no momento. O momento é da união de todos em torno do bem comum.

GC - O que é pior, a burocracia ou o burocrata?

OL - O burocrata é pior, pois ele atrapalha mais do que a própria burocracia, mas quando os dois se unem, a complicação é muito maior.

GC - Seria parte de o planejamento estratégico diminuir a influência do mal burocrata?

OL - Sim, nós queremos, exatamente mostrar a esse burocrata que estamos vivendo uma outra realidade. O mundo evoluiu, a tecnologia está aí para dar exatamente essa velocidade ao sistema, com melhor controle do que tínhamos antes. O que precisa é a pessoa estar com a mente aberta para absorver a evolução. Esse é o grande problema: entender que precisa fazer uma mudança cultural, para apreender cada dia mais, porque esse aprendizado não será em vão.

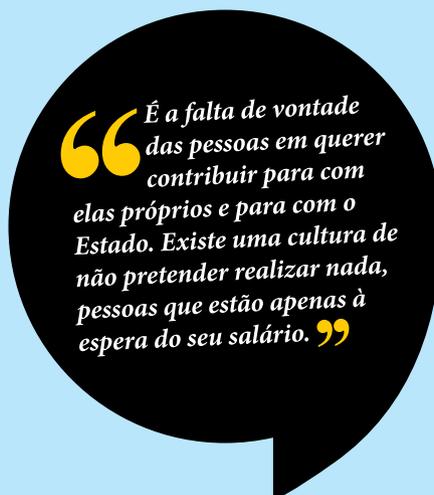
GC - É uma forma também de capacitação e qualificação interna?

OL - Quando nós criamos a Escola de Contas Públicas, tinha ela apenas uma sala com 10 computadores, onde foram treinados vários funcionários. O conselheiro Anselmo Brito, seu diretor-geral, requisitou um novo espaço para

o Laboratório de Informática. O que precisa é o funcionário entender que não é demérito algum aprender, isso fará parte de sua evolução e qualificação profissional.

GC – Qual o papel da Ouvidoria? O que está sendo planejando para ela?

OL – A Ouvidoria e a Corregedoria eram um órgão só. Houve uma separação, pois as duas têm ações completamente diferentes. Agora, estamos instituindo, fisicamente, a Ouvidoria, para receber as denúncias referentes aos gestores estaduais ou municipais. Também, estamos ativando um “totem” que já existia na recepção do Tribunal, para que as pessoas se comunicassem sem precisar se identificar ou falar com qualquer



pessoa da Ouvidoria. Vamos instituir um telefone tipo 0800, com ligações gratuitas, que será uma outra forma de receber denúncias, como também um e-mail específico para este fim. Esses instrumentos serão anunciados através da mídia, em nível estadual, em forma de outdoors, outbus, revistas, ou qualquer outro meio de comunicação que possa atingir a população em todos os níveis. Para esse trabalho contamos com a participação da nossa equipe de Comunicação. Queremos que a pessoa entenda que alguém aqui está ouvindo o que ela diz e tomando as medidas cabíveis.

GC - Em função de todas essas realizações, dois anos não é muito pouco para a gestão de um

presidente do TCE?

OL - Eu acho, mas a gente joga de acordo com as regras do jogo, tentando fazer o máximo possível, por isso, vem a importância do planejamento estratégico. Nesses dois anos, se deixarmos um planejamento, uma linha de seguimento, independente de quem seja o próximo presidente, ele terá que ser continuado, desde que conte com a aprovação prévia do Colegiado.

GC - O que você considera o calcanhar de Aquiles dentro da administração do Tribunal?

OL – É a falta de vontade das pessoas em querer contribuir para com elas próprias e para com o Estado. Existe uma cultura de não pretender realizar nada, pessoas que estão apenas à espera do seu salário. Quando olham para trás, vêm que não fizeram absolutamente nada. As pessoas têm que colocar dentro do seu “eu” a sua responsabilidade como cidadão. Eu quero sair e ter a certeza que desempenhei, nesse biênio, a minha parte e espero que o funcionário tenha orgulho de trabalhar no Tribunal de Contas de Alagoas. Nós precisamos sentir que as pessoas têm orgulho do seu trabalho, que elas dedicam a maior parte da vida a ele e que esse orgulho passe para o Estado e para a Nação. O Brasil precisa de patriotas, dedicados à cidadania, a exercer o seu papel de cidadão, exigindo de todos aquilo que tem de ser feito.

GC – Em que fase se encontra a TV Cidadã? E quando será lançada?

OL – Em fase de documentação, licitação e outras exigências legais. A TV Cidadã será um canal aberto, podendo ser acessado por qualquer telespectador de Alagoas e de parte de Estados vizinhos. O Senado Federal cedeu equipamento para geração e transmissão de imagem, através de contrato de comodato. Caberá ao Tribunal oferecer um local adequado para instalação. Escolhemos uma área localizada de frente para o Plenário, de onde as sessões do Pleno e das Câmaras serão transmitidas ao vivo. Pretendemos inaugurar a nossa TV Cidadã em setembro próximo.

ATRICON, APRIMORAMENTOS E DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

“Tribunal de Contas, corpo de magistratura intermediária à Administração e à Legislatura que, colocado em posição autônoma [...], cercado de garantias [...], possa exercer as suas funções [...], sem risco de converter-se em instituição de ornato aparatoso e inútil.” (Rui Barbosa, 1890)

Nascidos no alvorecer da República, os Tribunais de Contas ainda tiveram, por longa data, sua atuação contida pelo renitente espírito monárquico e pelo ambiente autoritário que marcaram boa parte do século passado.

A rigor, os ideais preconizados por Rui Barbosa, patrono dos Tribunais de Contas, só começariam a florescer com a redemocratização e com a Constituição Cidadã de 1988, oportunidade em que os Tribunais assumiram novas atribuições, que demandaram uma total reformulação do conceito dessas instituições, impondo-lhes a obrigação de serem mais ágeis, eficazes e efetivos na prestação do serviço de controle, seja quando fiscalizam a legalidade das despesas ou quando verificam a efetividade social das políticas públicas. Tendo suas atribuições fixadas a partir de um arcabouço constitucional de aplicação obrigatória para os 34 Tribunais, para melhor desempenhar as suas funções surgiu a necessidade de se estabelecerem padrões de qualidade de atuação, que, resguardada a autonomia federativa, exigiram que as Instituições trilhassem uma estrutura sistêmica.

Ao longo dessa caminhada, surge a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon, 1992), de início voltada a uma atuação corporativa em defesa dos seus associados. Aos poucos, a partir da implantação do

Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo (Promoex, 2005), sobretudo, com a significativa mudança estatutária em 2011, a Atricon completa a inflexão e passa, precipuamente, a liderar ações com vistas ao fortalecimento do Controle Externo e ao aprimoramento do “Sistema Tribunais de Contas”.

Como ápice desse novo papel, a Atricon, com o apoio de entidades parceiras, como o Instituto Rui Barbosa e dos próprios Tribunais, realiza o primeiro grande diagnóstico das instituições em 2013, abrigado em um ousado projeto que visava promover a qualidade e agilidade de todos os Tribunais de Contas. Iniciativa relevante, na medida em que assentou as bases para um aprimoramento institucional sem a necessidade de qualquer alteração constitucional ou legal, o processo contou naquela ocasião, com a adesão de 28 dos 34 Tribunais de Contas que, espontaneamente, abriram suas portas para um processo avaliativo inédito.

Dado o seu retumbante êxito, em 2014 o processo é ampliado, transformando-se no Programa de Qualida-

de e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), do qual passam a fazer parte dois produtos distintos: as Resoluções-Diretrizes da Atricon, aprovadas durante o IV Encontro dos Tribunais de Contas (2014) e o Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-TC).

O MMD-TC constitui-se em uma versão aprimorada do diagnóstico anterior, tendo como referência metodológica o SAI-PMF (Supreme Audit Institutions – Performance Measurement Framework), ferramenta desenvolvida pela Associação Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai).

Com efeito, o MMD-TC customizou a ferramenta da Intosai ao incluir indicadores relacionados às Resoluções-Diretrizes da Atricon e excluir outros que só se aplicam ao modelo de Controladorias e Auditorias Gerais.

Essa evolução e adaptação promovida por uma comissão de membros e servidores especialistas no tema propiciou a construção da melhor e mais moderna ferramenta de avaliação dos Tribunais de Contas brasileiros. Esse



***Valdecir Fernandes Pascoal**
é conselheiro presidente da
Atricon e do Tribunal de Contas
do Estado de Pernambuco.
(Publicado no Portal da Atri-
con, em 04/05/2015)

diagnóstico é composto de 27 indicadores, subdivididos em mais de 500 critérios de avaliação referentes a boas práticas de organização e funcionamento dessas instituições, compreendendo uma completa radiografia de todas as suas áreas, a exemplo de: composição constitucional, prazo para julgamento de processos, controle preventivo, normas e qualidade da auditoria, planejamento estratégico, comunicação e transparência, atuação de corregedorias e ouvidorias, controle interno e impactos para a sociedade.

Neste ano de 2015, o MMD-TC já conta com a adesão de 31 Tribunais de Contas, os quais, com a garantia da Atricon, já realizaram suas autoavaliações até agosto de 2015. Em dezembro, durante o Congresso Nacional dos

Tribunais de Contas, em Recife, o diagnóstico geral será apresentado.

A despeito de se continuar travando o bom e democrático debate sobre possíveis aprimoramentos constitucionais, a exemplo da necessidade da criação de um Conselho Nacional para os Tribunais de Contas, é forçoso reconhecer os avanços alcançados até aqui e o horizonte alvissareiro de excelência institucional que já se descortina, de forma sistêmica, com a aplicação e os resultados do MMD-TC. O que se pretende, afinal, é que deixemos para um passado longínquo todos os resquícios de “Cortes aparatosas” e passemos a ser, cada vez mais, Tribunais republicanos, exemplos de transparência e atuando a serviço da boa governança pública, da ética e, sempre, ao lado do cidadão.



Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque
Conselheira Vice-presidente

O PAPEL CONSTITUCIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

A função precípua dos Tribunais de Contas, atribuída pela Constituição Federal, disciplinada em seu artigo 71 e seguintes, é de exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da Administração Pública, Direta e Indireta, por meio de controle externo.

Nesse prisma, evidencia-se que o papel assumido pelo Tribunal de Contas é proeminente, em razão de ser constitucionalmente responsável pelo controle dos atos de gestão e governo.

No Estado Democrático de Direito é condição “sine qua non” o controle das contas públicas para resguardar a manutenção da máquina estatal e a garantia dos direitos fundamentais. Daí a imprescindibilidade de um órgão que assegure a efetiva e legítima condução dos recursos públicos, com o escopo de defender a sociedade e salvaguardar a moralidade da Administração Pública.

Atine que todos os Tribunais de Contas, sem exceção, estejam aos préstimos da boa governança e de todo e qualquer cidadão, para que os alarmantes índices de desconfiança que

a população tem em relação aos seus governos, possam diminuir gradativamente. Por isso, a importância do fomento da transparência, do combate à corrupção e da gestão por resultados, como vem, com relevância, acentuando o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas de forma ética, proativa e propositiva, com aperfeiçoamento institucional.

Nesse contexto, ao lançar mão de planos estratégicos e políticas pertinentes, inequivocamente há o aumento de efetividade organizacional, por meio de melhores escolhas e melhor execução de suas ações.

Diante de tal cenário, torna-se forçoso apontar que a condição para o progresso não estancar, é a disponibilização de referencial para que os Tribunais de Contas, de modo equilibrado, uniforme e pontual, possam aprimorar os seus regulamentos, procedimentos e práticas de controle.

Em assim sendo, de modo articulado e com o fito de alcançar e definir uma visão de futuro, com efeito, cumprirá a sua missão constitucional e alcançará a tão desejada excelência.

A PRESCRIÇÃO DA MULTA NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Gustavo Henrique Albuquerque Santos
Procurador do Ministério Público de Contas
Titular da 4ª Procuradoria de Contas



O reconhecimento da prescrição é corolário da segurança jurídica e da duração razoável do processo. A Constituição da República dispõe que são imprescritíveis: a) a prática do crime de racismo (art. 5º, XLII da CR); b) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV da CR); c) ação de ressarcimento por danos ao erário (art. 37, §5º da CR). Portanto, todas as demais pretensões condenatórias que não estejam elencadas acima são prescritíveis.

Consoante o autorizado escólio de Agnelo Amorim Filho (1961): “1) Estão sujeitas a prescrição (indiretamente, isto é, em virtude da prescrição da pretensão a que correspondem): - todas as ações condenatórias, e somente elas; 2) Estão sujeitas a decadência (indiretamente, isto é, em virtude da decadência do direito potestativo a que correspondem): - as ações constitutivas que tem prazo especial de exercício fixado em lei”.

Ressalte-se que das decisões dos Tribunais de Contas proferidas em processos de controle externo podem resultar: a) parecer prévio recomendando a rejeição de contas; b) irregularidades de atos, contratos e contas; c) a negativa de registro do ato de admissão ou aposentadoria; d) o ressarcimento do dano ao erário; e) a penalidade pecuniária. Apenas as penalidades pecuniárias (multas) estão sujeitas a prazos prescricionais.

No entanto, nem um nem outro instituto pode ser aplicado, em seu sentido mais dogmático, ao processo

administrativo de controle externo que imputa penalidade pecuniária. Com efeito, a prescrição é a perda da pretensão a uma tutela jurisdicional por inércia do seu titular. Portanto, o conceito de prescrição está intimamente ligado à atuação jurisdicional. Por outro lado, a decadência, que é o perecimento do próprio direito, não decorre de ato ilícito como a penalidade pecuniária. Por tal motivo, quando o Tribunal de Contas condena o gestor ao pagamento de multa não incide nem a prescrição, nem a decadência, conforme nos ensinou o Professor paraibano.

Para colmatar essa lacuna, bem como prestigiar os princípios constitucionais da segurança jurídica, dentre outros, a doutrina especializada desenvolveu a tese da prescrição administrativa, que possui as seguintes vertentes, consoante Di Pietro (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo, Ed. Atlas, 11ª edição, pp. 586/587): “Em diferentes sentidos costuma-se falar em prescrição administrativa: ela designa, de um lado, a perda do prazo para recorrer de decisão administrativa; de outro, significa a perda do prazo para que a Administração reveja os próprios atos; finalmente, indica perda do prazo para aplicação de penalidades administrativas”.

Questão tormentosa é saber qual o prazo prescricional das penalidades pecuniárias imputadas nos processos de controle externo. O TCU tem entendimento de que o prazo prescricional é decenal, com fundamento no Código Civil. No

entanto, entendemos cabível na espécie a incidência do Decreto nº 20.910/32 também no âmbito dos processos de controle externo. Vejamos o que diz o referido decreto:

“Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem”.

Esse entendimento tem o beneplácito de autorizada doutrina. Com efeito, assim assevera Di Pietro (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo, Ed. Atlas, 11ª edição, pp. 586/587): “no silêncio da lei a prescrição administrativa ocorre em cinco anos, nos termos do Decreto 20.910. Quando se trata de direito oponível à Administração, não se aplicam os prazos do direito comum, mas esse prazo específico aplicável à Fazenda Pública; apenas em se tratando de direito de natureza real é que prevalecem os prazos previstos no Código Civil, conforme entendimento da jurisprudência”.

Portanto, com fundamento na doutrina, concluímos que o prazo de prescrição administrativa quinquenal incide nas penalidades pecuniárias imputadas pelos Tribunais de Contas face à incidência das normas de direito público aplicáveis, analogamente, à espécie. O termo a quo coincide com o nascimento da pretensão administrativa, ou seja, com o descumprimento da norma.

QUINZE ANOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Alberto Pires Alves de Abreu
é Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.



Para que possamos refletir sobre os 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é necessário lembrarmos do contexto político e econômico em que se encontrava o país, a saber:

- 1** Descontrole total das finanças públicas, em especial Estados, Distrito Federal e Municípios, com endividamento e despesas descontroláveis e insustentáveis.
- 2** Ausência/deficiência de planejamento.
- 3** Publicidade inexpressiva e inexistência de transparência.

Em 1997, a União por meio do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, Distrito Federal e Municípios, foi autorizada (até 31 de maio de 2000), a renegociar, compensar e refinar as dívidas públicas desses entes federados por meio da Lei nº 9.496/97, com juros de 6 a 9 % a.a, inferior à SELIC à época.

Na lei em comento, foram lançados alguns conceitos como receita líquida real, proibição de repasse de verbas em razão de descumprimento dos acordos, necessidade de autorização legislativa para atos específicos de gestão fiscal dentre outros, embriões da LRF. Após três anos do “freio de arrumação fiscal” nas finanças públicas (Lei 9.496/97), foi publicada em 4 de maio

de 2011, a Lei Complementar nº. 101/00 com parâmetros permanentes de responsabilidade fiscal, destacando-se limites de endividamento, despesas com pessoal, antecipação de receita orçamentária - ARO, regras para final de mandatos de gestores, criação de relatório de gestão fiscal, acréscimos de anexos para as Leis de Diretrizes Orçamentárias, instrumentos de transparências de gestão fiscal do Estado Brasileiro.

Destaca-se que a Constituição Federal de 1998 atribuiu ao Senado Federal a competência para fixar limites de dívidas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Art. 52, VI) além de prever a edição de lei complementar para regulamentar a gestão das finanças públicas (Art. 163, I a VII).

No bojo dos normativos destinados ao alcance e manutenção da gestão fiscal responsável, o Senado Federal editou a Resolução nº. 40/2001 dispondo sobre os limites da dívida pública dos Estado /DF e Municípios assim como a Resolução nº 43/ 2001 dispondo sobre operações de crédito, garantia, limites e condições para os mesmos entes federados.

Assim, o arcabouço normativo regulamentador da responsabilidade fiscal estava montado.

Na vertente sancionatória editou-se a Lei nº 10.028/00 alterando e introduzindo penalizações e garantindo o poder coercitivo das normas voltadas para a responsabilidade fiscal, em especial da LRF recém publicada.

Em 2008/2009 todo esse esforço institucional foi posto à prova com a crise econômica financeira mundial. O Brasil amparado nesse portfólio de gestão fiscal responsável, modernamente chamada de gestão fiscal sustentável, passou no teste sendo um dos primeiros países a recuperar-se.

Em 2014, após mais de 15 anos das renegociações das dívidas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, o complexo macroeconômico alterou-se significativamente para melhor, com a inflação sob controle e conjuntura fiscal favorável da maioria dos estados. Em razão disso, em 25 de novembro de 2014, por meio da Lei Complementar nº 148 as dívidas dos Estados, Distrito Federal e Municípios foram renegociadas em bases mais favoráveis com juros de 4 % a.a., ratificando a excelente performance da LRF.

Assim, após 15 anos de edição da referida Lei, ícone da gestão fiscal sustentável, conclui-se que todo o esforço institucional e material do Estado Brasileiro não foi em vão, uma vez que conseguiu criar condições de longo prazo para a sustentabilidade econômica da nação.

Referências: 1- Constituição Federal de 1988; 2- Lei nº 9496/97; 3- Lei Complementar nº 101/00; 4- Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001; 5- Lei nº 10.028/00; 6- Lei Complementar nº 148/14



Orlando de Araújo Castro, é diretor do Gabinete da Presidência do TCE/AL

DIRETORIA DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

A tarefa de dirigir o Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas não se cinge ao que, convencional e aparentemente, se atribui como fruto de uma visão administrativa voltada para a estrita observação e cumprimento do definido em lei. Mais do que isso, no enfoque de uma visão conceitualmente moderna e abrangente, essa tarefa requer cuidado primordial e permanente com o clima organizacional, buscando o aprimoramento das ações sob sua responsabilidade, capazes de possibilitar um relacionamento interno e externo harmônico entre a Presidência e o Colegiado, servidores e sociedade.

As demandas surgidas diariamente, múltiplas e volumosas, requerem judiciosas análises e cuidadosos encaminhamentos junto aos diversos setores internos e externos, segundo critérios que priorizem suas soluções e equacionamentos, em obediência aos prazos legalmente estabelecidos pelas legislações pertinentes, sempre visando a garantir seu fiel cumprimento e, sobretudo, imprimindo zelo

no trato dos assuntos que se encontrem sob apreciação do Senhor Presidente.

Cumprir ser destacada, por oportuno, a importância do papel interlocutório e, intrinsecamente, facilitador, característica indissociável ao exercício do cargo de Diretor de Gabinete da Presidência, permitindo-lhe conduzir com habilidade e desenvoltura, os momentos delicados de relacionamento, tanto no ambiente interno quanto no externo. A correta filtragem desses assuntos importantes e/ou controversos e das demandas prementes e especiais, certamente irá propiciar ao gestor da Corte, uma atuação mais leve, dinâmica e eficaz.

Em conciliação com esse modo inter-relacional de gerir suas ações de comando e conciliação, na esfera a que se encontra adstrito, o Diretor de Gabinete da Presidência tem suas atribuições definidas nos termos que integram o Regimento Interno do TCE/AL (Resolução nº. 003/2001) e da Lei nº. 5.604, de 20 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica do tribunal de Contas do Estado de Alagoas).

COMUNICAÇÃO SEM MILAGRES

Há quem julgue que a comunicação é milagrosa, que muda ritos e mitos, que cria imagens ao seu bel prazer. E até é possível que isto aconteça dependendo da finalidade e da maneira como o poder da comunicação é utilizado.

No caso do Tribunal de Contas de Alagoas, na atual gestão, dá-se à comunicação o importante papel de levar aos públicos externo e interno as grandes modificações que estão ocorrendo, sejam elas de caráter filosófico-funcional, sejam de caráter físico. Quando a gestão é confiável e pratica ações positivas em todos os sentidos, o trabalho da comunicação é otimizado e os parceiros midiáticos, de um modo geral, têm material interessante para divulgação e para o melhor conhecimento de seus leitores, ouvintes, telespectadores e internautas. A verdade, acima de tudo, sobretudo no serviço público, se comprovada pela sociedade, gera confiança, fator indispensável à credibilidade do órgão que recebe as ações da comunicação. E esta tem sido a tônica da administração do Conselheiro Otávio Lessa que, antes de assumir a presidência, já dizia de suas intenções, de sua vontade de fazer um Tribunal de Contas transparente e com serviços prestados aos seus jurisdicionados com reflexos para a população, de um modo geral.

O estímulo à Escola de Contas, criada antes por sua inspiração, demonstra a capacidade de renovação e o desejo de fazer com que, por exemplo, os municípios façam uso dela, graciosamente, com o intuito de formar seus técnicos e gestores que, na prestação de contas que lhes é devida, aproveitem e cumpram suas metas de maneira mais clara e transparente.

Ao mesmo tempo, internamente, com a moralização funcional fazendo com que os servidores estejam presentes às suas obrigações, mais um elemento chave que dá motricidade à comunicação que não busca milagres, mas matéria-prima para a sua execução.



A direita, **Geraldo Câmara**, diretor de comunicação, ao seu lado, **Valtenor Leôncio da Silva**, diretor adjunto de comunicação.



A comunicação fez uma intensa reforma no seu site, modernizando-o e estabelecendo um contato bastante enriquecedor para o internauta que é servidor e para o generalizado. Está também em andamento o grande projeto de implantação da TV Cidadã, através do canal aberto 35.2 que, com um grande sistema de parceria com outros Poderes, levará ao telespectador de todo o Estado, de maneira positiva e leve, o verdadeiro papel do Tribunal de Contas no âmbito estadual.

Muitos projetos estão sendo levados à frente pela Diretoria de Comunicação que se sente fortalecida pelo fato de ter respaldo na gestão superior que a respeita e a prestigia em todos os seus atos. Por outro

lado, convém ressaltar a unidade existente entre os diretores que harmonizam a administração e possibilitam, também, de “per si”, materiais de primeira linha para a função dessa diretoria.

A comunicação é um conjunto de fatores que levam em consideração o “marketing”, ainda que aplicado ao serviço público, a propaganda, o jornalismo impresso e “on line” e as peças radiofônicas e televisivas. Todos esses elementos buscam na célebre frase de um criador americano, de nome John Caine, a verdade das boas idéias: “Uma idéia nova não existe. O que existe é uma nova conjugação de velhos elementos”. É exatamente isso o que a comunicação está fazendo no Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.



Valtenor Leônico é jornalista, radialista e Diretor Adjunto de Comunicação do TCE-AL

UM ELEFANTE QUE NÃO SABE A FORÇA QUE TEM

Há vários anos foi-me dada a missão de fazer o papel de porta-voz do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas junto à mídia local e nacional. É um trabalho muito gratificante para qualquer profissional que atua na área de Comunicação, manter contatos constantes com jornalistas e radialistas. Isso me deu uma grande oportunidade através da troca de experiência entre as partes interessadas, - a que gera a informação e a que divulga as matérias de interesse público.

No início, confesso, pensei em desistir, pois os Tribunais de Contas não atraíam a mídia porque não divulgavam nada ou quase nada de suas decisões e chegavam a ser chamados de “tribunais de faz de contas”, o que, como servidor, me incomodava muito. Foi a partir daí que decidi encarar o desafio e tentar vencer essa cultura do silêncio. Os Tribunais tinham muita coisa a mostrar à sociedade, da nobre missão como órgãos fiscalizadores dos recursos públicos.

Então, aconteceu o primeiro Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, em Salvador (BA), por iniciativa da ATRICON (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), para tratar, justamente, da visão que a sociedade tinha dos tribunais de contas e aí, então, surgiu uma luz no fim do túnel, para os tímidos setores de Comunicação dos tribunais. Nesse encontro conheci vários conselheiros que deram todo apoio para a criação de um grupo de comunicação nacional: Carlos Pinna (TC-SE), Victor Facionni (RS), Thiers Vianna Montebello (RJ), Mauricio Azedo (TC/RJ), Salomão Ribas (SC), Fernando Guimarães (PR), dentre outros.

Todos comungavam do mesmo pensamento, que era o de mudar a imagem dos Tribunais de Contas, mostrando o verdadeiro papel que lhe é outorgado pela Constituição Federal. Ouvíamos atentamente as palavras daqueles senhores, que nos davam uma verdadeira aula do poder que os tribunais tinham e têm na missão de proteger a boa aplicação do dinheiro que pertence à sociedade. Pedi a palavra e disse: “Senhores, pelo que acabei de ouvir, cheguei a uma simples conclusão: Os Tribunais de Contas, são como um elefante, não sabem a força que têm” Os colegas jornalistas me cutucaram, pois naquela época falar isso para um conselheiro era como pecar contra a Santíssima Trindade. A partir daquele encontro foi criado o Grupo de Comunicação dos Tribunais de Contas do Brasil, do qual tive a honra de fazer parte. Aconteceram importantes reuniões em várias cidades do Brasil, com muitas discussões positivas sob o comando do conselheiro Fernando Guimarães, do TCE do Paraná, que foi o nosso porta-voz junto aos demais conselheiros. Aprendi muito com ele e com os colegas do Grupo.

Hoje, vejo o presidente atual da Atricon, conselheiro Valdecir Pascoal, dando grandes passos, para cada vez mais aproximar os Tribunais da sociedade. Suas posições em defesa das Cortes de Contas junto à mídia têm sido de grande importância para a área de Comunicação dos TC’S, pois o crescimento da divulgação das ações dos Tribunais já é muito grande, principalmente agora depois da decisão do ministro Augusto Nardes, do TCU, rejeitando às contas do Governo Federal, valorizando ainda mais o papel fiscalizador dos Tribunais de Contas.

VEM AI A NOSSA TV CIDADÃ!

Numa iniciativa pioneira, o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, através de um protocolo de intenções firmado com o Senado Federal, passará a ser o único Tribunal de Contas do Brasil a operar uma nova TV Digital, aberta e gratuita.

Composta por quatro possibilidades em um só canal, permitindo a multiprogramação, o futuro Canal 35, do qual fará parte a TV Cidadã do Tribunal de Contas de Alagoas, será dividido em quatro faixas, cada uma com uma programação diferente.

A primeira será destinada à programação da TV Senado; a segunda, para a TV Cidadã a terceira, para a TV Câmara Federal e, a quarta, destinada à Educação à Distância.

A TV Cidadã terá toda a tecnologia digital e equipamentos de última geração, necessários para atender uma grade de programação 24 horas que, além do sinal de TV aberta, também contará com transmissão via satélite para atender a todos os municípios de Alagoas.

Usando um sistema de Compartilhamento de Programação e contando com a participação de Parceiros Institucionais que gerarão seus próprios conteúdos de programação abordando



os mais diversos assuntos, a TV Cidadã contará com uma gama de informações de várias instituições promovendo, principalmente, uma grande aproximação das instituições com a sociedade alagoana.

Assim, com parceiros como o Governo do Estado de Alagoas, a Prefeitura de Maceió, a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, o Tribunal

de Justiça do Estado de Alagoas, o Ministério Público Estadual, o Tribunal Regional do Trabalho, o Tribunal Regional Eleitoral, a Câmara Municipal de Maceió e a Associação dos Municípios Alagoanos, já nasce grande a nossa TV Cidadã com a missão de tornar-se a emissora voltada para a discussão de todos os problemas com a sociedade, em nível estadual.



Canal 35.1



Canal 35.2



Canal 35.3

Daniel Bernardes

O CONDUTOR DA TRANSFORMAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE ALAGOAS

Revista Tribunal em Ação – O senhor já conhecia a estrutura do Tribunal de Contas de Alagoas?

Antes de ser Diretor Geral estive poucas vezes no Tribunal, para falar com Otávio Lessa, mas não conhecia nada. Para quem está de fora, eu também tinha uma imagem muito diferente da realidade. O Tribunal para a população tem uma imagem muito ruim. Quando assumi a Direção Geral, descobri que ele tem uma missão muito importante. Uma missão que é fundamental para a gestão pública, através da fiscalização, de auditar, para que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficaz. Outra coisa que me surpreendeu foi que o Tribunal não tinha tanto dinheiro como o povo diz que ele tem. Confesso que me assustei. Nos primeiros três meses da atual gestão, passamos por um sufoco muito grande.

RTA – A área de atividade da Direção Geral, como o próprio nome sugere, deve ser muito ampla e muito complexa. É verdade?

Claro. São onze diretorias subordinadas, administrativamente, à Diretoria Geral. O diretor atua como um maestro, regendo uma orquestra composta por essas diretorias, procurando examinar e atender aos seus pleitos, encaminhando alguns às esferas superiores, quando necessário.

RTA – Como o senhor encontrou a Diretoria Geral em termos de pessoal e condições de trabalho?

Quando cheguei aqui, a Direção Geral tinha uma função engraçada e não era por culpa dos diretores anteriores,

era por uma questão cultural que se arrastava há longo tempo. Encontrei quatro escrivainhas e 70 funcionários lotados neste pequeno espaço. Os servidores sem lotação definida eram colocados aqui. Só que essas pessoas não se encontravam aqui. No primeiro mês de gestão acabei com isso. Eles foram encaminhados à Diretoria de Recursos Humanos, a quem cabe administrar o pessoal. Hoje, tenho quatro funcionários, dois comissionados e um menor aprendiz e é do que a Diretoria precisa. Talvez mais um ou dois, porque precisamos preencher o horário da tarde.

“Quando cheguei aqui, a Direção Geral tinha uma função engraçada, e não era por culpa dos diretores anteriores, era por uma questão cultural que se arrastava a longo tempo.”

RTA – Há pouco tempo o presidente da Casa publicou ato no Diário Oficial chamando de volta todos os servidores que estavam ausentes e continuavam usufruindo dos direitos e vantagens daqueles que comparecem diariamente ao trabalho, absenteísmo que

só aumentava as despesas sem qualquer resultado positivo. Como a sua Diretoria cuidou dessa situação?

O presidente Otávio Lessa acompanhou o decreto governamental que determinava o retorno dos servidores que estavam ausentes. Está sendo cortado o ponto daqueles que não voltaram a trabalhar. Já foi publicada uma lista com trinta e poucos nomes de pessoas nesta situação e inquéritos foram instaurados para apurar cada caso. Tudo está sendo feito de forma isonômica e justa. Aconteceram alguns erros, porque é natural, por se tratar de mudança de comportamento, mas, quando isso aconteceu o erro foi corrigido imediatamente. Apenas a presença física do servidor, não significa nada, porque todos têm de trabalhar. Quem estiver sem lotação será relocado onde houver carências, especialmente nas áreas de fiscalização e controle. Nesse ponto, o presidente é intransigente, não permite abonar o ponto de quem quer que seja. Para aqueles que têm tempo de aposentadoria e estão esperando alguma melhoria salarial, posso dizer que, diante da situação em que se encontra o país, não vejo possibilidade imediata de atendimento desses anseios naturais.

RTA – Sabemos que o prédio do Tribunal é insuficiente para atender as suas necessidades atuais, o que está sendo feito para resolver essa questão?

Está sendo realizada uma grande reforma estruturante, não uma reforma física do Tribunal, porque não é possível

fazer. O Tribunal aparenta ser enorme por fora, entretanto, por dentro ele não tem o tamanho que se imagina. É um prédio com mais de 30 anos, construído dentro da concepção de engenharia da época. Imagine que meu gabinete fica na entrada do prédio e os banheiros estão lá nos fundos. É preciso percorrer todo o prédio para se chegar até lá. Toda rede elétrica e a parte de lógica estão sendo feitas, porque não existe mais capacidade para se instalar os novos computadores que já foram comprados. Equipamentos como nobreaks estão sendo colocados para garantir a segurança dos sistemas. Foi adquirido um gerador, coisa que não existia até hoje, para dar tranquilidade durante as eventuais faltas de energia elétrica. Os transformadores, estão sendo substituídos, pois os atuais ainda são da época da inauguração do prédio. Um novo sistema de prevenção de incêndio, para dar maior segurança e tranquilidade aos que aqui trabalham, e a rede preventiva de descargas atmosféricas estão sendo preparadas. Paralelamente, o atual layout das instalações das diretorias e dos setores, está sendo adaptado à nova realidade e vem sendo executado através da otimização do nosso espaço. Novo mobiliário, (estantes, mesas, armários e cadeiras) já foi comprado, para oferecer um ambiente de trabalho mais saudável aos funcionários.

RTA – A propósito da reestruturação do layout do prédio, onde será instalada a TV Cidadã, cuja inauguração ocorrerá brevemente?

Em uma área que está sendo preparada, de frente para o plenário, onde será instalado um pequeno estúdio bem como os equipamentos de produção e geração de imagem, que dará condições para transmissão ao vivo das sessões realizadas. Os equipamentos que foram cedidos pelo Senado Federal, em regime de comodato, já se encontram à disposição do Tribunal, aqui em Maceió. A TV Cidadã terá um sistema

de transmissão aberta e a sua imagem será captada por qualquer telespectador, em qualquer parte do Estado de Alagoas.

RTA – Além da reforma estruturante que já está em andamento, quais os outros projetos em andamento?

O Tribunal de Contas de Alagoas é um dos poucos do Brasil a não disporem de instalações próprias para a Escola de Contas Públicas e para o Ministério Público de Contas. Existe, portanto, um projeto, em parceria com o Governo do Estado, que será implantado em área a ser adquirida (já em fase de negociação), que corresponde aos fundos do prédio-sede, onde essas unidades serão construídas. Com isso, o grande problema do estacionamento, um caos pela sua superlotação, também será resolvido. Quando cheguei ao Tribunal, encontrei cerca de 40 mil processos existentes nas diretorias, na auditoria, nos anexos de gabinetes de conselheiros, no Ministério Público, na área de convênios e contratos. Está sendo feita a digitalização desses processos e a partir do próximo ano, o Tribunal não receberá mais papel. Os jurisdicionados passarão a enviar os documentos virtualmente. Quando ocorrer a entrada de algum papel, este será digitalizado e devolvido ao interessado para guarda dentro da temporalidade que a lei determina. Acredito que, num futuro próximo, não existam mais papéis arquivados.



“Acredito que, num futuro próximo, não existam mais papéis arquivados.”



RTA – Como o projeto de modernização está sendo desenvolvido?

Duas comissões foram criadas para desenvolver o processo de modernização do Tribunal. Uma, presidida pelo procurador do Ministério Público, Ênio Pimenta e a outra pelo procurador Ricardo Schneider. Essas comissões cuidam do levantamento junto aos tribunais do Brasil, trazendo o que há de mais moderno, dentro da gestão do fluxo de documentos, para auditar e julgar os atos dos gestores de forma contemporânea e não coisas do passado. Por instrumentos que já foram disponibilizados, o Tribunal terá condições de acompanhar via satélite, determinadas obras, para saber se elas estão sendo executadas como foram propostas ou não. A outra comissão cuida da reprogramação do layout do edifício-sede, uma verdadeira reforma estruturante, já que não dispomos de condições para sua ampliação física.

UMA FÁBRICA DE SOLUÇÕES PARA MODERNIZAÇÃO DO TCE/AL

O trabalho que vem sendo desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia e Informática é de fundamental importância para a modernização do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas. A equipe da DTI, liderada pelo diretor Kerchenn Elteque Oliveira Pereira, Cientista da Computação, já desenvolveu mais de 70 sistemas, todos documentados e já implantados no TCE. “A nossa missão é, com o recurso disponível, conseguir obter a solução precisa”, disse Kerchenn. Isso tem gerado uma economia de mais de dois milhões de reais para o Tribunal. Veja a seguir entrevista com o diretor da DTI.

“Enfrentamos principalmente um problema cultural: fazer com que o servidor deixe de utilizar o papel para trabalhar com a informática, acostumados a uma rotina ultrapassada e que não querem mudar.”

Revista Tribunal em Ação - A Diretoria de Tecnologia e Informática vem tratando da inovação do processo eletrônico, que moderniza o sistema de administração do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas. Quais os principais projetos desenvolvidos atualmente?



Kerchenn Elteque, Diretor de Tecnologia e Informática

Kerchenn Elteque - Seguimos sempre as diretrizes da Presidência da Casa. Hoje, o principal projeto da Diretoria de Informática é a implementação do processo eletrônico interno e externo. A partir de 2016, todos os processos ou informações que venham ao Tribunal e transitem por ele será por meio eletrônico. Assim, no futuro, não existirão mais papéis circulando pelo TCE/AL. Este sistema foi desenvolvido pela DTI e não houve aquisição externa, o que gerou uma economia por volta de dois milhões de reais, só no desenvolvimento dessa solução. Ainda vamos fazer mais, liberando o código fonte de tudo o que for produzido pelo Tribunal para qualquer órgão que precise dessa tecnologia, evitando que tenha de contratar pessoas para obtê-la.

RTA- Atualmente há certa instabilidade da rede de dados. O que está sendo feito para solucionar esse problema?

KE - Estamos implantando uma nova rede, através da contratação de uma empresa que está reformulando as estruturas elétrica e de dados. Essa estrutura vai permitir maior velocidade ao nosso sistema. O Tribunal está investindo mais de um milhão e meio de reais em equipamentos, que vão fazer o nosso sistema funcionar ininterruptamente, para que toda e qualquer pessoa possa ter acesso às informações em tempo real e possibilite aos municípios enviar, a qualquer momento, os documentos exigidos e que a sociedade disponha de acesso aos portais de transparência, sempre que desejar.

RTA – Quantos softs a Diretoria de Informática desenvolveu até agora?

KE - A nossa missão é, com o recurso disponível, conseguir obter a solução precisa. Em nossa equipe tem pessoas qualificadas para construir e desenvolver soluções. Temos hoje 75 sistemas desenvolvidos pela nossa DTI, todos documentados e implantados no Tribunal. Desses, fazem parte os

sistemas de Protocolo e de Auditoria. A ideia é que possamos analisar o banco de dados em tempo real e colocar os limites que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe, para que a sociedade saiba quanto cada município pode gastar com saúde, educação, assistência social e a folha de pessoal.

RTA – No âmbito interno do Tribunal, qual a maior dificuldade encontrada até agora?

KE - Enfrentamos principalmente um problema cultural: fazer com que o servidor deixe de utilizar o papel para trabalhar com a informática, mas eles estão acostumados a uma rotina ultrapassada e não querem mudar. Porém, se não se adequarem aos novos sistemas, irão perder a oportunidade de capacitação e de participação da modernização. Isso exige compromisso com as demais diretorias, porque não podemos inovar sozinhos. Precisamos também da participação das outras diretorias, estimulando os servidores, para que, através de seus relatos e de suas demandas diárias, possamos desenvolver, no campo digital, o sistema direcionado às necessidades de sua área.

RTA - Como as prefeituras estão recebendo essas modificações? Existem cobranças aos municípios que ainda não implantaram os seus portais?

KE - O Tribunal de Contas disponibilizou os seus técnicos, para que o município, que não tenha condições de contratar uma empresa para construir o seu portal de transparência, possa contar com o apoio da DTI, que oferece as ferramentas necessárias à implantação dos sistemas. Os municípios podem construir e hospedar seus portais ou sites no ITEC (Instituto de Tecnologia em Informática e Informação) órgão do Estado de Alagoas; assim, o projeto não será apenas do Tribunal, mas do Estado. Fechamos acordo com a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) e com a AMA (Associação dos Municípios de Alagoas) para ajudar

nessa modernização. Estamos, juntos com a CNM, trabalhando com um soft de gestão municipal que está já sendo implementado no Tribunal. Esse soft foi desenvolvido pela CNM e customizado pelo TCE, adequando-o à realidade do nosso Estado, de modo que seja liberado para os municípios que não têm condições de desenvolver o próprio sistema de gestão. Hoje, quem utiliza esse sistema, pode mandar informações de prestações de contas para o Tribunal sem custo algum. São vários projetos que temos como meta. Ainda nessa gestão, queremos concluir todos e dar retorno desse serviço à sociedade.

RTA - Quantos municípios estão fora do sistema, porque ainda não conseguiram se adaptar?

KE - Com relação ao SICAP (Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública), todos já enviaram informações em algum momento para o Tribunal. Agora, com relação à Lei da Transparência, no último relatório do Ministério Público de Contas, aproximadamente 30 municípios ainda registram ausência de informações confiáveis. Estão ocorrendo ações do TCE para que esses municípios se adequem à legislação.

RTA - De todas as ações executadas pela DTI, qual a mais importante?

KE - A principal é o processo eletrônico que envolve prestação de contas, aposentadorias, admissões, contratos e convênios, - essa é a maior demanda da informática. Está sendo implantada e já em funcionamento na AL Previdência (Unidade Gestora Única do Regime Próprio de Previdência Social de Alagoas) e no IPREV - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Maceió. Iremos participar de uma reunião com todos os institutos de previdência municipais para que eles apresentem suas dificuldades com o sistema de contratos eletrônicos, porque pretendemos implantá-lo até o fim do ano. Mas, não queremos apenas inaugurar no final do ano, mas que ele esteja em efetivo uso até o final de 2015.

Jalon Cabral

A FORÇA DO RÁDIO ALAGOANO

O rádio continua sendo o maior veículo de informação na atualidade. Sua presença é notável em todos os lugares. Seja na cidade ou no campo, o rádio está presente, informando, estreitando caminhos e interagindo com as comunidades por mais longínquas que sejam.

Em Alagoas, os veículos de comunicação, o rádio em primeiro lugar, dedicam quase toda a programação à informação, entretenimento e à prestação de serviços. As emissoras AM quase que não tocam música, mas interagem sem fronteiras com os ouvintes. O rádio firmou-se com investimentos em novas tecnologias de som, aprimorando seus recursos técnicos e humanos, propiciando aos ouvintes uma melhor aproximação com os fatos do dia a dia, inclusive, com a notícia em tempo real.

O rádio de hoje também é parceiro das empresas públicas, disponibilizando espaços para a divulgação de informações e notas de interesse do povo. Com suas ondas média e frequência modulada, pode estar presente em todos os locais e é o grande companheiro de todas as horas.

O rádio AM em Alagoas, através de suas diversas emissoras na capital e no interior do Estado,

presta relevantes serviços à comunidade, inclusive, aliando-se ao Tribunal de Contas do Estado, na divulgação de suas atividades fins.

Humor no rádio

A vida radiofônica sempre foi recheada de momentos engraçados e que, por isso mesmo, entraram para o folclore. Dois exemplos:

1- Jorge Vilar, um dos radialistas mais bem humorados de sua época, tentando puxar conversa com o cantor Benito de Paula, disse: - “Conheço você desde 1945, quando da inauguração da Rádio Nacional do Rio de Janeiro”. Benito respondeu: - “Puxa!!! 1945 foi o ano em que eu nasci”. (Na verdade, a primeira transmissão da Rádio Nacional aconteceu no dia 12 de setembro de 1936)

2- Um locutor da Rádio Difusora de Alagoas, certa vez cometeu uma gafe histórica. Ao final do seu programa, anunciou: - “A Casa do Colegial apresenta a próxima atração, a seguir... E, em tom grave, anunciou: Nota de Falecimento!”

O DESAFIO DE REFORMAR UM PRÉDIO QUASE SEM DESOCUPÁ-LO



Revista Tribunal em Ação – Como está sendo encarada a reforma do edifício-sede do Tribunal de Contas?

José Rubens de Moraes – Há muitos anos sentimos a dificuldade de acomodar os servidores no Edifício Guilherme Palmeira, sede do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, construído há 30 anos. Também nesse período não houve praticamente reformas e manutenções. Como chegamos a um ponto em que esses serviços emergenciais não poderiam mais ser adiados, foram elaborados estudos e desenvolvido um projeto para essas tarefas. Isso resultou em um custo muito alto, numa época em que vivemos um período de contenção. Então, foram feitas algumas adequações, pois o que representava maiores cuidados era a parte das instalações elétricas, ainda a modernização e adaptações dos equipamentos de combate a incêndio e proteção de descargas atmosféricas.

RTA – Como foram iniciadas, então, essas reformas do edifício-sede do TCE/AL?

JRM – Descolocamos as diretorias e serviços que ocupavam o quarto pavimento e os distribuímos pelos outros andares, com sacrifício para

muita gente. Assim, foi possível refazer a parte de eletricidade e a rede de lógica, que também merecia cuidados especiais, em razão da modernização dos equipamentos da Diretoria Técnica de Informática, para atender às necessidades do Tribunal. Removemos igualmente algumas divisórias, redistribuindo os espaços, para acomodar melhor os usuários daquela área. Agora, passamos a atuar no terceiro andar, utilizando o mesmo sistema de deslocamento do pessoal para outras áreas.

RTA – O segundo andar, onde funcionam a Presidência, os gabinetes dos conselheiros e o Plenário, também será reformado?

JRM – A dificuldade maior foi o deslocamento dos gabinetes dos conselheiros, pelo prazo de 30 dias, enquanto executamos os trabalhos de reforma das instalações. O segundo andar é o que requer maior cuidado com o cabeamento elétrico. Decorridos 30 anos dos projetos elétricos originais, não tínhamos a menor noção de como estavam as instalações elétricas; para fazer qualquer manutenção. Muitas vezes, quando se pretendia ligar ou desligar algum disjuntor, acendia ou

apagava um ambiente completamente diferente. A partir de agora, todos os pontos serão identificados e não mais teremos esses problemas. Também no segundo andar ficarão as instalações da futura TV Cidadã e a Diretoria de Comunicação Social, em área contígua ao Plenário.

RTA – Fala-se, há algum tempo, na construção de mais dois pavimentos sobre o atual edifício-sede. Isso seria possível?

JRM – Seria possível, sim. O prédio foi projetado para oito pavimentos, foram construídos apenas quatro. A estrutura suportaria a nova carga, entretanto, não localizamos cópias do projeto estrutural em nossos arquivos. Consultei, inicialmente, o engenheiro Vinícios Maia Nobre, que acompanhou a construção do prédio e a família do arquiteto Mário Fortes Melro, que fez o projeto arquitetônico, mas não conseguimos nada. Recentemente, fomos procurados pelo engenheiro que calculou toda a estrutura do prédio, que se colocou à nossa disposição para o caso de uma futura ampliação. Outra dificuldade, essa de ordem administrativa, seria encontrar um local adequado para a instalação do Tribunal, durante o tempo que se fizer necessário, para a ampliação do prédio.



ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS UM BALUARTE DO TRIBUNAL DE CONTAS

A Escola de Contas Públicas, vinculada ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, criada pela Lei nº 6.420, de 28 de novembro de 2003, destinava-se, precipuamente, a promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores do Tribunal de Contas.

Seu objetivo, hoje, é o de capacitar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, contratação e contabilidade aplicada ao Setor Público, por meio de discussão e propagação dos aspectos conceituais e práticos, buscando promover a capacitação dos servidores e dos gestores envolvidos com as atividades próprias de gestão das finanças públicas. Com as suas atividades, além de proporcionar conhecimentos, tem o papel de aproximar o Tribunal do cidadão, visando a melhoria contínua do serviço público.

O conselheiro Otávio Lessa, ao assumir o mandato de Presidente do Tribunal de Contas do Alagoas, declarou que a Escola de Contas seria o car-

ro-chefe de sua administração. Ao designar o conselheiro Anselmo Roberto de Almeida Brito diretor-geral da ECP, fez com a intenção de transformá-la em uma entidade viva, dinâmica, capaz de se antecipar às necessidades de capacitação dos servidores da Casa e dos jurisdicionados.

No primeiro semestre deste ano, foram realizados mais de 30 eventos, entre seminários, cursos, minicursos, mesas-redondas, palestras e visitas técnicas, movimentando cerca de duas mil pessoas, entre servidores, jurisdicionados e universitários.

Principais Eventos em 2015

- ☉ Convocação e seleção de Estagiários e de Jovens Aprendizes
- ☉ Apresentação do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública – Sicap/Contábil, pelo Analista de Sistemas, Warley Ferreira Gois, do Tribunal de Contas do Tocantins.
- ☉ 1º Encontro entre Gestores Municipais e o TCE/AL.

- ☉ Mesa redonda: “Regimes Próprios de Previdência”, com a participação da analista em Previdência do MPS, Márcia Lúcia Paes Caldas.

- ☉ Minicurso: Noções básicas em procedimentos administrativos/licitação

- ☉ Treinamentos: Controle Interno, Técnicas de Auditoria Operacional, Auditoria Pública, Sistema Integrado Modular (SIM) e Libre Office Writer.

- ☉ Transparência Pública nos entes Governamentais e sua importância para o controle externo.

- ☉ I Seminário Interestadual dos Tribunais de Contas de Alagoas e Sergipe (26 e 27 de fevereiro de 2015) nas cidades de Neópolis (SE) e Penedo (AL).

- ☉ II Seminário Interestadual dos Tribunais de Contas de Alagoas e Sergipe (16 e 17 de Julho de 2015), nas cidades Canindé de São Francisco (SE) e Piranhas (AL).

- ☉ Lançamento da “Cartilha da Cidadania”, dia 24 de agosto de 2015, no Auditório Ruth Cardoso, do Centro de Convenções de Maceió.





UM JOVEM MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS BUSCA FORTALECER O SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO

Rafael Rodrigues de Alcântara, 34, brasiliense, aprovado em concurso público para o cargo de Procurador do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, foi empossado em 15 de março de 2011 e, atualmente, é o Procurador-Geral do MPC, escolhido e nomeado pelo Governador do Estado, com base em lista triplíce, elaborada pelos integrantes do MPC. É Bacharel em Direito pela UDF (Centro Universitário do Distrito Federal), Bacharel em Ciências Contábeis pela UnB (Universidade de Brasília), Pós-Graduação Lato Sensu com especialização em Direito e Organização do Poder Judiciário pela Faculdade Fortium. Trouxe na bagagem,

uma experiência bastante significativa: Técnico Judiciário do TJ-DFT (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios), Oficial de Justiça Avaliador Federal do TJ-DFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, professor de Direito Civil em diversos cursos da Faculdade Fortium (DF). Optou por Alagoas pelo desafio de ajudar a implantar o novo Ministério Público de Contas e, também, em busca de melhor qualidade de vida, com menos frio e melhores índices de umidade do ar.

Revista Tribunal em Ação – O Ministério Público de Contas, nos moldes previstos pela Constituição Federal, é coisa

recente; como o Senhor define as atividades do MPC?

Rafael Rodrigues de Alcântara

– O Ministério Público de Contas é uma instituição centenária, fundado como Tribunal de Contas da União, pelo jurista Rui Barbosa, no final do século 19. Ao longo do tempo o órgão foi sendo aperfeiçoado até chegar a formatação atual. É um ramo especializado do Ministério Público Brasileiro, que atua, especificamente, junto aos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, indispensável para o sistema de controle externo. Em Alagoas, o MPC foi institucionalizado no modelo da Constituição Federal de 1988, somente

em 2011. Contamos, então, com um algo novo, que tem cerca de quatro anos e meio de existência, dentro das determinações constitucionais, que exige a admissão de procuradores através de concurso público de provas e títulos. A função do MPC é atuar perante a Corte de Contas como fiscal da lei, emitindo parecer sobre a regularidade de todos os processos que tramitam no Tribunal de Contas de Alagoas, tendo, também, uma atuação proativa no sentido de promover investigações e, ao constatar irregularidade na administração pública estadual ou municipal, oferecer representação para que o Tribunal atue nos casos investigados.

RTA – O MPC atua, também, como investigador, a partir de denúncias?

RRdeA – Sim. A investigação do MPC se dá de duas formas: por meio de provocação, denúncia do cidadão ou de entidade. Atua, também, por ofício, quando um membro do MPC tem conhecimento de alguma irregularidade, independentemente de provocação. Nesse caso, pode ser instaurado um processo investigativo para apuração do fato.

RTA – Como se dá o acompanhamento dos processos?

RRdeA – Todos os processos que ingressam no nosso Tribunal de Contas, tramitam pelas diretorias que recebem a instrução; depois, se for o caso, ouve-se o gestor para apresentar a defesa. Por último, evolui ao MPC, que analisa e emite um parecer sobre a legalidade do conteúdo daquele processo. Após o parecer, esse processo vai ao Relator que elabora uma proposta de voto, levando ao Pleno ou à Câmara do Tribunal, para decidir conforme o caso.

RTA – O do MPC possui sete procuradores. Todos os tribunais

do Brasil têm essa mesma configuração?

RRdeA – Em Alagoas, o MPC tem a mesma composição do Ministério Público da União, com sete membros, mas, nem todos têm a mesma formação. Isso varia conforme a necessidade do Tribunal. Depende da extensão do Estado, das atribuições e da competência daquele Tribunal de Contas. Roraima, por exemplo, é um Estado pequeno, com apenas 15 municípios e, lá, o MPC tem apenas três membros, porque para aquela realidade é o suficiente. O do Rio de Janeiro possui mais de 20 procuradores. Então, depende da estrutura e da necessidade de cada Estado.

RTA – Na divisão de Trabalho, cada Procurador analisa os processos de um Conselheiro?

RRdeA – Inicialmente, nos deparamos com essa questão: como fazer a divisão de competências dentro do MPC com os 7 membros? Através de uma organização interna, criamos seis Procuradorias de Contas e, cada uma, responde por um grupo de municípios, em média 17 e um grupo de Secretarias de Estado e do Município de Maceió, vez que é um município muito grande, sofrendo uma divisão semelhante à do Estado, existindo, além dessas procuradorias, a Procuradoria-Geral que atua em processos específicos, como prestação de contas do governador e do prefeito de Maceió; processos de consulta e a representação do órgão nas sessões do plenário e nas institucionais, fora do TC.

RTA - A Assembleia Legislativa também é objeto de fiscalização do TC?

RRdeA – A Assembleia Legislativa do Estado, assim como os demais órgãos públicos e gestores de recursos públicos, estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas, devendo prestar contas,

anualmente, da aplicação dos recursos pelos quais são responsáveis. O mesmo se aplica em relação aos outros poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e ao próprio TCE. As competências são amplas, estando sujeito, a elas, qualquer pessoa ou órgão que receba recursos públicos, seja estadual ou municipal.

RTA - Como é feita a composição do MPC?

RRdeA – São sete membros e funciona da seguinte forma: Procurador-Geral, Subprocurador-Geral, Corregedor (acumulando as funções de Corregedor e de Procurador), Corregedor Substituto, Ouvidor, Ouvidor Substituto, Assessor Especial do Procurador-Geral (para casos complexos). Em todas as situações, há uma acumulação de função seja da ordinária à administrativa.

RTA – O assessor do Procurador-Geral é também um Procurador?

RRdeA – Sim. Ele presta um serviço de apoio em casos mais complexos; atua dando suporte ao Procurador-Geral. Apesar de ter uma designação de assessor ele é um membro do Colegiado e atua em conjunto nas demandas especiais do TC.

RTA – Quais as funções da Corregedoria?

RRdeA – O Corregedor é responsável pela avaliação dos membros do MPC e, também, de instruir e levar a julgamento qualquer processo disciplinar em desrespeito a membros do MPC. Para que o MPC possa desempenhar seu trabalho, seus membros têm garantia de independência funcional. Resguardado por essa garantia, o MPC se submete a uma corregedoria própria e não do TC.

RTA – Qual a competência da Ouvidoria?

RRdeA – Receber denúncias da parte do cidadão ou do gestor. A Ouvidoria as recebe consistentes tanto quanto genéricas, anônimas ou identificadas.

RTA – Qual o mandato do Procurador-Geral?

RRdeA – É de dois anos. Seguimos o regime jurídico, pois não existe lei própria atual, carecendo de legislação própria, nos socorremos do Regime Jurídico do Ministério Público Estadual, de forma subsidiária para muitas questões, uma delas, sendo o mandato do Procurador-Geral de dois anos, podendo ser renovado por mais dois anos. Internamente, não utilizamos o artifício da recondução, dando a oportunidade de cada um desempenhar a função de chefia, em um rodízio célere, também repartindo o ônus de chefiar a instituição.

RTA – Como ocorre a escolha do Procurador-Geral?

RRdeA – A partir de uma lista tríplice, elaborada pelo próprio MPC, que é encaminhada ao Governador do Estado, para escolha do novo Procurador-Geral. Respeitamos uma ordem de antiguidade. Eu sou o terceiro mais antigo dessa ordem e quem assumirá o próximo mandato será o quarto mais antigo.

RTA – Qual o perfil atual do MPC?

RRdeA – É um ministério jovem como instituição, composto por jovens altamente capacitados e comprometidos com a causa pública e que se dedica, com empenho, à melhoria do sistema de controle externo do Estado, buscado trabalhar com vigor, junto ao TCE, porque queremos contribuir para a evolução de Alagoas. Esse é o propósito de todos os membros, que comungam esforços para atingir finalidades que venham a defender os interesses do cidadão e da sociedade.







LUIZ EUSTÁQUIO TOLEDO, UM NOME FORTE NA HISTÓRIA DO TCE/AL

Poucos homens públicos neste Estado têm o currículo tão vasto quanto o do Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas de Alagoas, Luiz Eustáquio Toledo. Nascido na cidade de Cajueiro, Zona da Mata, descendente de família da aristocracia rural – os Toledos –, filho do médico João Cabral Toledo, ex-deputado estadual, e de dona Nair Borelo Toledo.

Ainda muito jovem, aos 22 anos de idade, começou sua vida pública como prefeito de Cajueiro, sua terra natal. Nessa oportunidade mostrou sua capacidade e seu espírito de homem público, produzindo uma bem sucedida administração que só se faz com honestidade, vocação e formação no exercício da atividade política.

Na vida Pública

Em meados dos anos 70 foi que ele começou a ser conhecido em seu Estado ao ser convidado pelo então Governador Afrânio Lages para assumir a importante função de Assessor Chefe do Secretário para Assuntos Municipais do Gabinete Civil do Governo. No mesmo ano foi interventor Estadual do Município da Barra de Santo Antônio.

O reconhecimento de suas virtudes o levou ao cargo de Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas – IPASEAL (1975). Sem perder o contato com suas raízes, foi eleito Presidente da Cooperativa de Crédito Rural de Capela (1976).

Outros cargos de maiores destaques foram se sucedendo na vida do jovem administrador: Secretário de Planejamento (1978); presidente da Fundação Instituto de Planejamento do Estado de Alagoas (FIPLAM); Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio de Alagoas (1979); e presidente da Companhia de Habitação do Estado de Alagoas (COHAB).

Foi essa trajetória que o levou ao cargo vitalício de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em 07 de abril de 1986, escolhido e nomeado pelo então governador Divaldo Sruagy, coroando uma carreira vitoriosa, ampliando seu currículo admirável, e onde permaneceu por 29 anos, até atingir a idade limite para exercer o cargo de Conselheiro, em maio de 2015. Durante anos, até sua aposentadoria, ostentou com orgulho o título honorífico de Decano do Tribunal.

No Tribunal

Durante os anos em que esteve no TCE/AL, muito realizou em prol do desenvolvimento da instituição que presidiu por cinco vezes, sem contar as vezes em que foi Corregedor. Com a consciência de que o Tribunal de Contas ingressava em uma nova realidade, iniciou uma reformulação na estrutura organizacional com uma mentalidade nova, de Instituição moderna, eficaz, reconhecida pela sociedade, servindo como modelo de controle externo, na gestão dos recursos públicos.

Sempre exerceu o papel de Presidente com objetividade, tenacidade e firmeza das decisões, reafirmando o compromisso de independência da Instituição, deixando claro que a interpretação da Constituição de 1988, dava aos Tribunais de Contas independência necessária para realização de auditoria de contas públicas.

É importante ter em mente que dinamismo e persistência são inerentes ao verbo fiscalizar, ação nobre, muito mencionada pelo então Conselheiro Luiz Eustáquio. Onde ficou demonstrada, cada vez mais, sua preocupação constante em aplicar as medidas exatas para as necessidades que surgiram durante seus mandatos.

Certa feita, em sua fala de abertura do II Seminário de Administração Pública Municipal, na cidade de Penedo, no Baixo São Francisco, afirmou: “O trinômio Trabalho, Modernidade e Moralidade, tem sido uma preocupação constante da nossa administração, conscientes de que a via escolhida por nós, contando com a compreensão e o empenho de todos aqueles que detenham uma parcela ou estejam investidos de um múnus públicos, frutificará e, cer-



tamente, contribuirá para o nosso progresso e desenvolvimento”.

Provando na prática que o seu objetivo era, sobretudo, modernizar, no começo do ano de 1992 o Presidente Luiz Eustáquio, com muito entusiasmo, colocou o Tribunal de Contas na Era da Informática, uma virada tecnológica que fez a grande diferença. Criou um novo sistema no Centro de Processamento de Dados, mostrando estar atento às necessidades do Tribunal de Contas, sempre a favor do desenvolvimento Institucional.

Demonstrando a sua preocupação com o social, durante uma de suas gestões foram procedidas as ampliações da área física dos setores médico, odontológico e psicológico, prestando relevante assistência aos servidores e as pessoas mais carentes que viviam no entorno do Tribunal de Contas, mostrando, aí, a abrangência de sua atuante e válida ação social.

O conselheiro Luiz Eustáquio Toledo deixou a sua marca indelével na história do Tribunal, através de sua personalidade forte e determinada que sempre encarava os desafios com bons olhos, exercendo sua característica positiva de líder organizado, perseverante e confiante, durante as quase três décadas de trabalho na Corte de Contas de Alagoas.

Texto baseado em dados da biografia do homenageado, cedidos gentilmente por sua autora, a historiadora Lídia Machado.



O MAIS NOVO CONSELHEIRO, FERNANDO TOLÊDO

O ex-deputado Fernando Toledo tomou posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, no dia 06 de janeiro de 2015, em sessão especial do Pleno, depois de nomeado por ato do governador Teotônio Vilela Filho.

Após leitura e assinatura do termo de posse, Fernando Toledo foi saudado pelo conselheiro Anselmo Brito. Em seguida, todos os outros conselheiros se manifestaram, dando as boas-vindas ao novo membro do Colegiado do Tribunal de Contas. Toledo agradeceu, afirmando que “somaria esforços nesta Casa para honrá-la e dignificá-la cada vez mais”. O presidente Otávio Lessa, depois de cumprimentar o novo conselheiro, falou da importância de sua presença no Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Formação

Fernando Ribeiro Toledo, 58 anos, nasceu em Cajueiro (AL), casado com Lucila Régia Albuquerque Toledo, é graduado em Química, pela Universidade Estadual da Paraíba e em Economia, pela Universidade Federal de Alagoas. Pós-graduado Lato-Senso: Especialização em Gestão Pública, pelo Centro de Educação Tecnológica de Alagoas.

Atividade política

Foi eleito prefeito do município de Cajueiro (AL) por duas vezes (1997-2000 e 2001-2004). Deputado estadual em dois mandatos (2007-2011 e 2011-2015). Exerceu os cargos de 1º vice-presidente e presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas em duas legislaturas.

O PAPEL DA OUVIDORIA NO TRIBUNAL DE CONTAS



Maria Cleide Costa Beserra
Conselheira Ouvidora

“O Tribunal poderá valer-se das informações para a realização de auditorias e inspeções de sua competência.”

A Ouvidoria é um órgão do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas que funciona como um canal aberto à população e às instituições. É um serviço aberto ao cidadão para escutar suas reivindicações, denúncias, sugestões e, também, quando for o caso, elogios referentes aos diversos serviços oferecidos à população. O seu objetivo é o de atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade das atividades administrativas do poder público.

O acesso a Ouvidoria está ao alcance de qualquer cidadão que se sinta refém da ineficácia dos serviços prestados à sociedade, ou para receber informações sobre as atividades, tanto do Tribunal de Contas quanto de órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta. A Ouvidoria deve ser acionada, especialmente, quando o cidadão não se sentir totalmente atendido em seus direitos, por outros canais disponíveis às suas reivindicações.

Ela atende pessoas a físicas ou jurídicas, estas através de seus representantes legais, de forma presencial, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, pelo telefone (82) 3315-5754 ou, ainda, pelo e-mail: ouvidoria@tce.al.gov.br. As reclamações ou denúncias, devem ser detalhadas, de forma a

permitir ao Ouvidor encaminhar o assunto aos setores competentes e seguir, passo a passo, o andamento da demanda para retornar, ao reclamante, com a solução. Confirmada a ilegalidade ou a irregularidade, será assegurada ao denunciado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

No caso de a denúncia ser julgada procedente, o Tribunal de Contas encaminhará as peças do respectivo processo à autoridade administrativa competente e ao Ministério Público, para adoção das providências cabíveis, inclusive, a punição dos responsáveis. A documentação resultante da denúncia será anexada aos processos de prestação de contas dos respectivos responsáveis.

A tramitação da denúncia será sempre sigilosa, entretanto, após a apuração, competirá ao Tribunal decidir se deve ser mantido em reserva o nome de seu autor. As denúncias anônimas não resultarão em demandas, no entanto, o Tribunal poderá valer-se das informações para a realização de auditorias e inspeções de sua competência. Havendo indício de ilegalidade ou irregularidade, deverá ser assegurado ao denunciado, o direito ao contraditório e à ampla defesa.



DIMOP ACOMPANHARÁ VIDA FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

“O projeto de modernização do TCE/AL modificou as atividades do Dimop que agora começa a cumprir seu verdadeiro papel.”

A Diretoria de Fiscalização da Movimentação de Pessoal (Dimop), tradicionalmente, acompanhava apenas os processos de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e alguns chegavam a ela com bastante atraso. Agora, a situação está passando por mudanças radicais.

O projeto de modernização do TCE/AL modificou as atividades da Dimop que, agora, começa a cumprir seu verdadeiro papel, ou seja, acompanhar a vida dos servidores públicos estaduais e municipais, inclusive policiais e bombeiros militares, desde a sua admissão até a aposentadoria ou reforma. Conseqüentemente, construirá um cadastro completo do funcionalismo público alagoano, segundo seu diretor, Flávio Ruy Pereira de Melo.

Os processos, ao serem entregues no Protocolo do TCE/AL, passarão por

uma análise, com base em uma lista de documentos essenciais e, se comprovada a presença de todos, serão enviados à Dimop para o exame técnico virtual, seguindo, a partir daí, para o Ministério Público de Contas que emitirá parecer, encaminhando-os ao Conselheiro relator, que o submeterá ao Pleno, para emissão do Acórdão.

Inicialmente, esse trabalho foi implantado no Iprev (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Maceió) e, brevemente, na AL-Previdência. A DTI (Diretoria de Tecnologia e Informática), realiza a implantação do sistema, como já aconteceu com o Iprev, dando acompanhamento e suporte técnico. Algumas prefeituras municipais vêm observando o funcionamento do sistema para formalizar adesão posterior.



CONSELHEIRO CÍCERO AMÉLIO ELEITO CORREGEDOR GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

À Corregedoria Geral, sempre dirigida por um Conselheiro, compete fiscalizar a distribuição dos feitos, exercer a correição dos órgãos internos do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, a adequação na distribuição dos processos, inspecionar e corrigir os seus serviços auxiliares bem assim como, instaurar, através de portaria, inquéritos ou processos administrativos, para apurar irregularidades cometidas por servidor. Encaminhar, mensalmente, aos Conselheiros e ao Auditor-Chefe, dados estatísticos concernentes aos trabalhos desenvolvidos pelo TCE/AL no mês anterior. Ela promove em divulgação semestral, os dados dos quais constarão o número de feitos distribuídos e apreciados pelos Conselheiros relatores e pelo Tribunal Pleno. Em sessão especial e realizada dia 18 de agosto 2015, o conselheiro Cícero Amélio da Silva foi eleito Corregedor Geral do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.



Rosa Tenório

O CONTROLE INTERNO VIVE MOMENTO RICO; QUEM NÃO ENTENDER VAI FICAR PARA TRÁS.

O controle interno vive momento rico, quem não entender vai ficar para trás

A atual titular da Dfafom (Diretoria de Fiscalização da Administração Financeira e Orçamentária Municipal) Rosa Tenório, vem fazendo um trabalho de mudanças na atuação daquele órgão, procurando acompanhar o momento de desenvolvimento tecnológico que vive o país. Anteriormente, Rosa Tenório foi presidente do Conaci (Conselho Nacional de Controle Interno). Pelo seu desempenho à frente daquela importante entidade, foi agraciada com a Comenda Nacional do Controle Interno. Com toda essa bagagem, ela vem modernizando a Dfafom para enquadrá-la no projeto do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas do futuro.

Revista TCE em Ação - Na visão atual, o que é gerenciamento de controle interno?

Rosa Tenório – Entendo como uma das principais ferramentas de boa gestão pública, seja ele em nível municipal ou estadual; enfim, para qualquer poder público. O Controle Interno está se consolidando cada vez mais, a Constituição da República define a necessidade das entidades de ter os seus controles internos instituídos, associando-se, a esse controle, temos a legislação mais moderna de acesso à informação chamada Portal da Transparência na internet como uma ferramenta que revolucionou o dia a dia do setor público. Todos esses fatores, unidos, fortalecem a controladoria cada vez mais. Entendo como imprescindível para qualquer gestor, em qualquer área, ter um controle instituído de forma eficiente e que só irá ajudá-lo. O controle interno brasileiro vive um momento

muito rico e o gestor que não entender isso, está fadado a ficar para trás. O gestor que já vem tão viciado, que não acredita no cumprimento das leis como fica no meio dessa história toda, se ele quiser optar por permanecer ignorante diante das inovações da lei?

RTA – Vivemos em um encontro e desencontro de tempos, ou seja: no serviço público, temos o servidor que não é acostumado com certas tecnologias e continua a não querê-las, sem o menor interesse de aprender, pois não acha que vá facilitar mais a vida à qual já se acostumou e tem o que quer ou aprender até para saber a mais do que se deve. Como coordenar as diferenças, quando se quer fazer um controle interno reto e justo como o Brasil cobra?

RT – Existe, sim, uma resistência natural, principalmente com os servidores mais antigos, quanto ao computador, a informática, a internet, a tecnologia em geral, porém não tem como fugir, seja através das redes sociais, smartphones, seja através dos computadores de casa. Esse é um caminho sem volta: as pessoas estão se adequando a esse modelo de tecnologia. Um exemplo específico do trabalho que estamos fazendo no Tribunal é o fortalecimento dos municípios sobre os portais de transparência. A legislação é clara, ela exige que todos os órgãos públicos tenham o eventual conhecimento tecnológico para a manutenção dos portais. A Diretoria de Fiscalização da Administração Financeira e Orçamentária Municipal (Dfafom), na qual estou, hoje, cuida especialmente dos municípios alagoanos, com o intuito

de modernizá-los para acompanhar as exigências da lei. A Dfafom nada mais é que uma diretoria de fiscalização dos 102 municípios alagoanos e de suas respectivas Câmaras Municipais. A ideia é criar um Tribunal móvel, mais próximo dos jurisdicionados que são, exatamente, esses entes (Municípios e Câmaras). O Tribunal fiscaliza, também, o Governo do Estado e todos os seus órgãos, secretarias e autarquias, enfim, todos, sejam municipais ou estaduais, estão sujeitos à fiscalização e às normas do Tribunal. Desse dinamismo, nasceu a nova ferramenta que é o processo eletrônico, que nada mais é que a virtualização dos processos. Estamos caminhando em um ano de mudanças intensas com o intuito de dar mais celeridade e modernidade ao Tribunal. Através desses processos virtuais, a intenção é que, em janeiro de 2016, o programa já esteja implementado.

RTA – Por estar mais próxima dos municípios, como tem sido a reação dos gestores?

RT – Temos uma relação estreita com a AMA (Associação dos Municípios Alagoanos) que facilita a nossa comunicação com os municípios, através do seu presidente Marcelo Beltrão. A AMA tem sido uma parceira importante na implantação desse novo sistema. Senti neles uma receptividade positiva, procurando adaptar-se à legislação da transparência pública. Dentre os mais adequados a esse modelo, posso citar Palmeira dos Índios e Delmiro Gouveia. Estamos trabalhando em conjunto com o fórum de combate à corrupção, com os Ministérios Públicos de Contas, Ministério Público do Estado e Ministério Público Federal. As coisas vêm mudando e os jurisdicionados estão

entendendo esse novo tempo; o Tribunal tem se capacitado, e modernizado os servidores e os procedimentos da área de fiscalização.

RTA – O povo pode ser o grande partícipe dessa mudança, sendo um agente, sem dúvida, da denúncia positiva, objetiva, ajudando à fiscalização dentro do seu município?

RT – Sim, o momento do controle social é outra importante ação que estamos desenvolvendo dentro do Tribunal, apoiado, sempre, pela Presidência e pelo Fórum de Combate à Corrupção que têm sido seus parceiros importantes.

RTA – Como foi receber a comenda o prêmio do CONACI, em Belo Horizonte?

RT - Fico sem jeito de falar, porém, foi gratificante! Eu recebi essa comenda por estar à frente da Controladoria do Estado no período de 2011 a 2014 e presidi o órgão máximo de controle interno nacional que é o Conaci. No biênio seguinte, assumi a vice-presidência. Lá, foi desenvolvido um trabalho sério e eficaz, percorremos o Brasil inteiro para consolidar a instituição, trabalhando sempre com o fortalecimento do controle com viés mais de prevenção do que de punição; a voz do momento do controle é organizar, capacitar, prevenir e esse foi o enfoque que demos enquanto estivemos à frente do Conaci. Acreditei em todo esse trabalho de fortalecimento ao assumirmos; éramos sete membros em 2011. Hoje, temos controladorias em todos os Estados brasileiros e, na maioria de suas capitais, no total de quase 50 membros no Conaci. Por esse feito, fui prestigiada através da Comenda Nacional do Controle Interno. No ato, foram três pessoas agraciadas: eu, a Ângela Silvério, atual Secretária do Governo do Espírito Santo e Valdir Pinto, que foi o nosso Secretário Nacional de Controle Interno. Recebi, com muito prazer e honra, essa comenda que muito me emociona e gratifica dando-me a certeza de estar no caminho certo.

RTA – Na medida em que o controle interno vem sendo valorizado, o país vive uma crise, sobretudo, de falta de dignidade. Você acha que esse conjunto de eventos negativos está fortalecendo o país para que, um dia, ele viva perfeitamente controlado?

RT – Sim. Existe o lado positivo nesses acontecimentos que acometem o Brasil com esses casos de corrupção, que nos entristecem, mas que, por outro lado, nos move na direção do resgate da autoestima e da cidadania do povo brasileiro. A inquietude faz a gente sair um pouco da zona de conforto. Busquemos entender mais da área pública, pois, querendo ou não, nós seremos governados e não podemos ficar à margem do processo político. Não tenho vínculo partidário, acredito na política no sentido exato da palavra, porém, tenho receio dos partidos brasileiros. Mesmo assim, luto como cidadã e servidora, por um despertar da população para o espírito de cidadania, de ética, de busca pelo melhor.

RTA – Já falamos de impulso social que, ao mesmo tempo, esbarra no fator político; como fazer a união das duas coisas?

RT – A política bem executada é boa, é necessária no nosso dia a dia; não podemos, por conta de maus políticos, ter essa imagem negativa do processo político, pois ele é rico e importante. Temos que vivê-lo e, esse resgate que falei anteriormente, vem dessas notícias de corrupção que nos afligem; nós que trabalhamos, produzimos, pagamos impostos, nos incomodamos e vira fator de transformação da sociedade. Assim, passamos a nos preocupar mais com a política, com o setor público; escolhendo melhor os nossos representantes. Que essa inquietude social que está florescendo, seja o resgate para que possamos lutar por esse Brasil em que acredito demais. E está provado que não é falta de dinheiro, é falta de gestão, de engajamento de cada



um de nós. Entendo que a política começa com a gente. A Controladoria Geral da União tem uma propaganda espetacular, sobre as pequenas corrupções. A corrupção começa no nosso dia a dia quando furamos uma fila ou o sinal vermelho, quando usamos a vaga do idoso; nós temos de ficar atentos a esses pequenos gestos.

RTA – Com todo esse conhecimento de controle interno, conhecimento social e de vida que você tem não vamos partir para um livro, não?

RT – Dizem que a plenitude humana na mulher é alcançada quando ela tem um filho, planta uma árvore e publica um livro. Eu já sou plena! Tenho um casal de filhos lindos, tenho uma horta que cultivo em casa e, ao terminar o Mestrado, obrigatoriamente, tem que se apresentar uma dissertação que já o fiz também; então, estou em plenitude total. Nós trabalhamos muito com manuais de orientação e a perspectiva é de termos uma cartilha de final de gestão, inovadora, que foi uma dica da colega Regiane Souto, do TCE, no sentido de produzir um manual de início de gestão, principalmente para os municípios onde existe falta de qualificação maior. Também produzir uma cartilha orientando os prefeitos sobre quais as normativas que ele tem que obedecer, as regras, ajudando a questão da transição, na hora em que ela se estabelecer.



DFAFOM

A Diretoria de Fiscalização da Administração Financeira e Orçamentária Municipal (DFAFOM) é responsável pela análise das prestações de contas anuais das prefeituras e câmaras municipais. Efetua inspeções “in loco”, ordinárias, periodicamente - e extraordinárias, em casos de denúncias. O trabalho realizado por esta diretoria é distribuído em equipes, compostas por um coordenador, um técnico, um auxiliar e estagiários da área de economia e ciências contábeis. Os municípios são divididos em seis grupos, cada um deles atribuído a um Conselheiro, a quem compete relatar os processos oriundos das Prefeituras ou Câmaras de Vereadores.

Diretora: Rosa Maria Barros Tenório



Diretoria administrativa

Estão sob o controle desta Diretoria os serviços de recebimento e envio de correspondências externas; os serviços gerais, arquivo, reprografia, almoxarifado, garagem, copa, patrimônio, sonorização ambiental, protocolo e digitalização de documentos. É de sua responsabilidade todos os processos de compra de materiais de consumo interno e de uso permanente.

À Diretoria Administrativa compete a verificação de toda situação física do edifício-sede do Tribunal e de sua conservação; controle dos serviços terceirizados de limpeza, manutenção do jardim e a distribuição de vagas do estacionamento, reservadas aos procuradores, auditores e diretores.

Diretor: Edjar Oliveira Pereira



Diretoria de Planejamento e Orçamento

Esta diretoria tem como finalidade e atribuições, compartilhar a execução orçamentária das despesas de custos, bem como as de pessoal, créditos disponíveis e os saldos orçamentários, analisando a execução do orçamento, seguindo ações, prioridades e metas elaborativas através do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, respectivamente.

Diretora: Maristela de Alcântara Silva.



DFASEMF

A Diretoria de Fiscalização e Administração Financeira e Orçamentária das Fundações, Sociedades de Economia Mista e Autarquias (DFASEMF) tem como função analisar os balanços das autarquias, sociedades de economia mista e das fundações estaduais, bem como, realizar inspeções “in loco” com a finalidade de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos por elas aplicados.

Diretora: Maria Rejane V. Santos Souto



Diretoria Financeira

Nesta diretoria concentra-se toda a movimentação financeira do Tribunal de Contas, como empenho da folha de pagamento e pagamento de diárias. Também são realizadas requisições de todas as compras do Tribunal, verificando a existência ou não de recurso para finalizar o orçamento e, com autorização do presidente da Casa, executar o empenho.

Diretor: Marcelo Dias.

RECURSOS HUMANOS MODERNIZA ROTINAS E CRIA PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA



O diretor de RH, Valter Oliveira, fala das modificações do sistema de controle dos recursos humanos do TCE/AL, da implantação do ponto eletrônico e de um programa a ser lançado, que visa a melhoria da qualidade de vida dos servidores da Casa.

Revista Tribunal em Ação – O que vem sendo feito pela diretoria de Recursos Humanos nessa fase de modernização vivida pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas?

Valter Oliveira - Na área de recursos humanos estamos aperfeiçoando o sistema de gestão de pessoal, que não servirá apenas para gerar uma folha de pagamento, mas criará um grande banco de dados do pessoal do Tribunal. Atualmente estamos na fase de digitalização dos documentos que precisam migrar de um sistema para outro e isso é uma tarefa um tanto demorada, porém de suma importância para colocar um novo sistema mais completo em operação.

RTA - Na área de controle da frequência dos servidores foi implantado o ponto eletrônico, do qual ninguém está sendo dispensado. Quais os resultados dessa medida?

V.O. - Estamos colhendo bons resultados, graças à determinação do

presidente Otávio Lessa, em mandar descontar do salário do servidor as faltas que sejam, por ventura, assinaladas através do registro de ponto. Aqueles que, mesmo com o ponto eletrônico, não compareceram ao trabalho, seus nomes foram encaminhados à Corregedoria Geral, para apuração de possível abandono de emprego. Essas medidas, tomadas sob a orientação do presidente do Tribunal, é uma tentativa de moralizar o sistema de serviço público do TCE e de valorizar os servidores que trabalham diariamente, em detrimento dessa minoria. Os servidores da Casa, que já cumpriam suas jornadas de trabalho normalmente, entenderam o alcance da medida e, para eles, a institucionalização da frequência em nada alterou suas rotinas.

RTA - Existiam servidores “fantasmas” ou não?

V.O. - Não. Servidor fantasma é o que aparece na folha de pagamento, porém, outra pessoa recebe o salário em lugar dele. Nesta administração isso está descartado. Nós temos um controle efetivo da folha de pagamento e da frequência de quem de fato trabalha. Aqueles que não compareciam, procuraram para regularizar suas situações. Muitos requereram aposentadoria, alguns foram colocados à disposição de outros órgãos públicos. Ninguém, entretanto, pediu demissão voluntariamente.

RTA – Existe algum programa de acompanhamento da saúde do servidor?

V.O. - Encaminhamos à Presidência um programa que evidenciará a qualidade de vida do servidor. Esse programa engloba uma série de atividades, a partir de práticas físicas e mentais, objetivando o acompanhamento da saúde de cada um, acrescentando-lhe mais disposição e energia para o seu cotidiano, para uma vida melhor, ativa e longínqua. A proposta foi encaminhada pelo presidente a uma comissão que a analisará e, se for considerada viável, será implementada no Tribunal.

RTA – O que constará do programa proposto?

O programa, além de englobar o controle da saúde do servidor, com exames físicos acompanhados por médicos do próprio TCE, oferecerá aos participantes atividades físicas, lúdicas e laborais que vão interferir na qualidade de vida de cada um, a exemplo do que já acontece com sucesso em outras instituições do Estado. Queremos que seja um programa minucioso, planejado e bem pensado, visando o lado clínico e científico, para efetivamente melhorar a qualidade da saúde, fomentando os bons hábitos através de orientação médica e de profissionais ligados a diversas áreas como educação física e fisioterapia, dentre outras.



O SERVIÇO MÉDICO E ODONTOLÓGICO ATUAM NA ÁREA DE PREVENÇÃO

Os serviços Médico e Odontológico foram criados na administração do Presidente Jorge Luiz Reis Assunção e eram vinculados à Fumep (Fundação Monsenhor Pedro Cavalcante). Depois de alguns anos, foi absorvido pela ASTCA (Associação dos Servidores do Tribunal de Contas de Alagoas). Em 1999, com suas instalações totalmente reformadas, teve sua denominação mudada para Centro Médico-Odontológico Dr. João Cabral Toledo, ligado diretamente à Presidência do Tribunal.

Na área médica é oferecido atendimento aos funcionários ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes, consultas, curativos, verificação de pressão arterial e eletrocardiograma. Realiza, periodicamente,

campanhas de vacinação e também trabalhos de prevenção de doenças como diabetes e hipertensão arterial. Estão à disposição dos seus usuários as especialidades: Clínica, Cardiologia, Psiquiatria, Otorrinolaringologia, Cirurgia Plástica e Neurologia, coordenados pela médica Soraya Wanderley de Mendonça Arcippo.

Odontologia

A equipe de Odontologia, composta por nove profissionais das áreas de Clínica, Odontopediatria, Periodontia, Restaurações e Exodontia, além de trabalhos preventivos, com orientação sobre escovação e aplicação de flúor. Coordena a equipe, a dentista Lucimar Plech.



O SERVIÇO SOCIAL APOIA SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES

O Serviço Social, coordenado por Sidilene Cavalcante Costa, vem assumindo novos e grandes desafios, visando responder a um controle social, cada vez mais efetivo, na atual conjuntura do TCE/AL. Como estrutura de apoio, vem desenvolvendo um trabalho de assistência aos servidores e seus dependentes em suas necessidades psicossociais, de modo a contribuir para a melhora das condições de trabalho, estímulo à motivação, valorização das atividades individuais e, conseqüentemente, o fortalecimento das relações interpessoais e a integração entre setores.

A coordenação conta com três assistentes sociais e cinco colaboradores que prestam acompanhamento aos servidores em tratamento médico, através de visitas domiciliares ou hospitalares, proporcionando intermediação entre pacientes e serviços especializados externos. Além disso cuida, também do Coral Cantos&Contas, composto por servidores ativos e aposentados, que tem feito muito sucesso em Alagoas e em vários Estados.

Este ano, o Serviço Social promoveu alguns eventos de grande importância para os servidores da Casa, tais como, curso de primeiros socorros, em parceria com o Corpo de Bombeiros; palestras sobre doação de medula óssea, em parceria com o Hemoal; doação de pele e órgãos com a OPOS (Organização de Procura de Órgãos e Tecido de Alagoas), palestra sobre a prevenção do câncer da mama, promovida pela Rede Alagoana de Combate ao Câncer. Em parceria com o Sindicatos e a Astca, o Cerimonial tem participado de eventos como Páscoa, Dia das Mães, São João, Dia dos Pais e Dia do Servidor Público.

“Dentro das possibilidades, - disse a coordenadora Sidilene Cavalcante Costa, estamos atendendo as demandas dos servidores e familiares, atenuando as carências e procurando contribuir para o bem-estar em sua vida pessoal e, conseqüentemente melhoria no desempenho de suas atividades. Espero continuar contando com o empenho da Presidência para que seja possível ampliar as ações atualmente desenvolvidas”.



CERIMONIAL COORDENA OS EVENTOS OFICIAIS

A Coordenação do Cerimonial do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas atua diretamente com a Presidência e com seus pares, quando solicitada, para assuntos de cerimonial, protocolo e etiqueta. Desenvolve suas atividades em parceria com a Assessoria da Presidência, a Coordenação de Comunicação e a Assessoria Militar.

Os eventos por ela executados obedecem ao Decreto-Lei nº 70.274, de 9 de março de 1972, da Presidência da República, que estabelece as Normas do Cerimonial Público e a Ordem de Precedência, a Lei Orgânica do TCE/AL nº 5604 de 20 de janeiro de 1994 e a Resolução nº 003/2001 do Regimento Interno de 19 de julho de 2001, usando do bom senso quando as adaptações se fizerem necessárias, sob a coordenação da Chefia de Gabinete da Presidência.

Compete a esta Coordenação:

- ☉ Assessorar a presidência da Instituição sobre a programação, o protocolo e o cerimonial das solenidades e recep-

ções, informando sobre todos os dados complementares;

- ☉ Coordenar e organizar as solenidades oficiais e eventos comemorativos da Instituição;

- ☉ Preparar e organizar a montagem de mesas de honra, obedecendo às regras de precedência e forma de tratamento correspondente a cada personalidade;

- ☉ Em casos omissos, quando solicitado, prestará esclarecimentos de ordem protocolar, determinando a colocação de autoridades e personalidades que não constem na Ordem Geral de Precedência;

- ☉ Elaborar o script e o roteiro das cerimônias;

- ☉ Manter contato com os cerimoniais das demais instituições;

- ☉ Recepcionar visitantes oficiais à Instituição;

- ☉ Acompanhar o Presidente nos eventos oficiais;

- ☉ Desenvolver e contribuir com a Insti-

tuição para a implantação de uma política de Relações Públicas com os seus diversos públicos;

- ☉ Assessorar a presidência na elaboração de toda a correspondência oficial e na manutenção de uma listagem atualizada de todos os públicos de interesse da Instituição;

- ☉ Elaborar o roteiro de viagens oficiais;

- ☉ Orientar os trajes das sessões solenes e

- ☉ Acompanhar, diariamente, as ações oficiais do Presidente da Corte de Contas.

A Coordenadora do Cerimonial, Salete Tavares, pós-graduada em Gestão Pública e graduanda em Serviço Social, fez cursos de Cerimonial e Protocolo em Brasília e São Paulo; foi estagiária do Itamaraty, quando recepcionou o presidente do Panamá. Morou em Londres onde fez curso também nessa área. Em Alagoas, foi cerimonialista do governo Ronaldo Lessa. Integram a sua equipe: Tauana Calisto Caliarí Chaves, Larissa Teodósio, Valéria Barros e Erika Silva.



Confraternização de São João para os colaboradores do TCE/AL





Mídia prestigia lançamento do novo Portal do Tribunal de Contas de Alagoas





Padroeira do Brasil visita o Tribunal de Contas de Alagoas





TRIBUNAL DE CONTAS COMEMORA SEMANA DO SERVIDOR PÚBLICO

O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, pela primeira vez, comemorou a Semana do Servidor Público, com programação extensa e diversificada, contando com a colaboração da Escola de Contas Públicas, da Coordenação do Cerimonial, do Sindicontas e da Astca, homenageando os funcionários, ativos e inativos, da Casa.

Os organizadores levaram em consideração que esta seria a oportunidade de reflexão e conscientização do quanto o servidor é imprescindível para a administração pública e que nenhuma organização governamental funciona sem seu quadro de servidores,

responsáveis pelas atividades e prestações diárias dos seus serviços.

Constou da programação, dia 26: Palestra sobre “Consciência e Espiritualidade no Serviço Público” Palestrante: Vitor José. Exibição do filme de diretor alagoano “Dani, minha história, minha vida e uma música”. Dia 27: Mesa redonda sobre a importância da atividade física para uma vida equilibrada (palestrantes: Jane Cleide Santos da Silva, Polyanna Toledo da Paz Azevedo e Djeane Costa D’Oliveira Holanda). As 10 horas, Espaço Saúde da Astca, no hall do TCE/AL massoterapia, verificação da pressão arterial, teste de glicemia e aula de dança. Dia

28: Mesa redonda sobre o tema “Busca pela efetivação dos direitos dos servidores públicos: troca de experiência com presidentes de sindicatos alagoanos. Moderador: procurador do MPC/AL, Ricardo Schneider. Dia 29: apresentação do Coral Cantos e Contas, e festividade no Clube do Sindicontas, na Barra Nova.

O presidente Otávio Lessa compareceu às festividades de encerramento da Semana do Servidor Público do TCE/AL, no Sindicontas, que contou, também, com a presença de diretores e de um número expressivo de servidores, todos imbuídos do verdadeiro espírito de confraternização.









MODERNIZAÇÃO DO PROTOCOLO, MAIS SEGURANÇA E RAPIDEZ



O Setor de Protocolo é uma das áreas de grande importância para o desenvolvimento dos trabalhos do Tribunal de Contas. É responsável pela recepção de todos os documentos que adentram o TCE/AL e que, obrigatoriamente, o fazem pelo Protocolo. De janeiro a junho deste ano, foi registrado o ingresso de cerca de 80 processos por dia e um total de mais de oito mil documentos até o final do mês último citado.

As alterações que estão sendo implantadas na sistemática de trabalho

do Protocolo, graças ao projeto desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia de Informática, estão mudando a rotina até então estabelecida naquela área. Concluído o projeto, todos os documentos entregues ao TCE/AL, deverão ser digitalizados e seus originais devolvidos aos interessados. A partir daí, a circulação de papéis será reduzida ao mínimo possível.

O responsável pelo Protocolo, Davi Osório dos Reis Cleto, disse: “Necessitamos ainda de algumas regu-

lamentações dos novos procedimentos administrativos, mas um grande passo já foi dado. Dentro de curto prazo, concretizaremos esse avanço tecnológico, funcional e operacional”.

O volume de trabalho do Protocolo envolve trinta pessoas para sua execução, sendo o Coordenador, mais 13 servidores efetivos, um comissionado, 13 menores aprendizes e dois estagiários.



CENTRO DE ATIVIDADES FÍSICAS CUIDA DA SAÚDE DOS SERVIDORES

Com localização privilegiada, na rua Clementino do Monte, no bairro do Farol, próximo ao prédio do TCE/AL, o Centro de Atividades Físicas Integradas Ismênia Assunção, coloca à disposição dos servidores da Corte de Contas diversas modalidades, tais como dança, pilates, musculação, hidroginástica, fisioterapia, RPG, Ioga e artes marciais.

Mantido pela Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - ASTCA, o Centro Ismênia Assunção funciona de segunda-feira a sábado, nos horários da manhã, tarde e noite, com todas as suas modalidades de atividades físicas.

É importante ressaltar o testemunho de quem participa efetivamente de atividades no Centro: Mônica Araújo, do Setor de Psicologia, usuária do Centro, disse: “Co-

mecei a fazer Pilates há quase dois anos. Decidi optar por essa modalidade por ordem médica, pois sofria de dores na coluna. Hoje, melhorei 90%, pois não sinto praticamente nenhuma dor.”

“Pratico atividades físicas desde criança, os benefícios são muitos, tais como boa saúde, sono tranquilo, disposição para o trabalho, bom humor e satisfação com o corpo. Gosto da academia da ASTCA e não frequento mais dias por falta de tempo”, comentou Daniely Setton Albino, lotada na Diretoria Geral.

O Centro Ismênia Assunção está à disposição dos associados da ASTCA, servidores do TCE, bem como de seus familiares, que contribuem com uma pequena taxa mensal a qual é revertida para a manutenção dos equipamentos e pagamento de salários dos funcionários.





Bergson de Mendonça Vasconcelos, é arquiteto e urbanistas. No TCE/AL desempenha a função de Analista de Contas.

DEPOIMENTO DE UM BONSAÍSTA ALAGOANO

Falar sobre minha paixão pelo Bonsai é fazer uma viagem às boas lembranças de minha infância, reavivar a predileção por miniaturas, e perceber que sempre tentava reproduzir em pequenos espaços e tamanhos, a minha visão da natureza.

Minha história com o Bonsai começou em 1998, quando resolvi fazer uma pesquisa na internet sobre o assunto. Naquela época, consegui localizar sites para obter informações e enviei mensagens a todos; alguns responderam aos meus questionamentos e, principalmente, dúvidas sobre a Arte Bonsai, afirmando que começaram sozinhos através de tentativas, tendo o auxílio de Livros e Revistas. Comecei, então, a adquirir este material e as antigas fitas VHS. Foi então que, continuando a coletar informações na internet, conheci meu grande amigo e Professor Mário Alberto Garcia Leal; foi o ponto de apoio que precisava para consolidar meu desejo por essa arte. Surgiu, então, a chance de nesse mesmo ano, fazer uma viagem, inicialmente a Curitiba, conhecer, Tramujas e seu viveiro, realizando a

minha entrada real neste mundo do Bonsai.

Em seguida, participei do 1º Evento direcionado ao Bonsai em São João da Boa Vista com o Fábio Antakly Noronha, um professor e amigo por quem tenho um grande respeito. Tive, então, a oportunidade de conhecer pessoalmente Mário Alberto com quem segui viagem até Ribeirão Preto, onde fiz meu primeiro curso e tive a certeza de que a Arte Bonsai seria uma escolha para toda vida.

A partir daí não mais parei, tornei-me um andarilho do Bonsai, participando de eventos no Brasil e no exterior, inicialmente como mais um participante e, depois como demonstrador convidado. São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Brasília, Goiás, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, África do Sul, Portugal, Eslováquia, Uruguai e Lituânia, foram os locais aonde conheci pessoas, aprendi muito, ensinei o que tenho aprendido ao longo dos anos e fiz grandes amigos; diverti-me com as histórias dos bonsaístas (acredito que melhores do que as dos pescadores!), contei muitas

piadas, enxerguei a vida com mais detalhes, aprendi a ver meus erros no cultivo de minhas plantas e percebi que, se realmente quisesse evoluir no bonsai, deveria compartilhar o que aprendia.

E assim surgiu a vontade de criar um local para produzir plantas (uma forma de suprir a carência de material em minha região) e ensinar a Arte Bonsai. Iniciei, então, o que considero um de meus projetos de vida, - o Viveiro e Escola Oficina Bonsai. Não foi fácil consolidar e transformar em fato esta ideia, pois imaginem a reação das pessoas quando há mais de 15 anos comentava com elas a vontade de ter uma produção de bonsai em Alagoas; à época, para alguns, esse meu projeto era considerado um capricho. Entretanto, hoje, quando me visitam, percebem que o desejo virou realidade. Sei que o caminho a ser percorrido é bastante longo e muito ainda precisa ser feito, mas vivo feliz com todas essas conquistas e fico radiante ao ver a felicidade dos que passeiam entre as plantas e voltam para suas casas com a sensação gostosa de um sonho conquistado.



Célia Santos, servidora do Tribunal de Contas, é psicóloga e artista plástica de reconhecido talento.

O ABSTRACIONISMO DE CÉLIA SANTOS

Olhar atento vai captando imagens e cores para transformá-las em telas abstratas de uma beleza inefável, onde predominam os sentimentos e as emoções através do colorido e das formas criadas livremente, fruto de pesquisas cromáticas que produzem variações espaciais e formais na pintura, através das tonalidades e dos matizes obtidos. Assim, tem sido a rotina da artista plástica Célia Santos, um dos expoentes maiores da pintura abstrata alagoana.

A menina nascida em Utinga Leão, na Grande Maceió, sempre viveu em ambiente multicolorido a partir dos jardins residenciais, da pracinha, do casario, da beleza da Mata Atlântica, mergulhando na exuberância do canal que cercava o seu universo. Toda essa bagagem de luz e cores forjou a consciência pictórica da futura

artista que somente desabrocharia alguns anos depois. A artista de hoje, abandona a perspectiva tradicional e as formas da pintura, utilizando-se de linhas e cores para exprimir emoções.

Os seus quadros ganharam o mundo, saíram do Brasil para enriquecer pinacotecas longe daqui, graças a exposições realizadas em Maceió e, especialmente, em São Paulo. Os seus trabalhos voaram para os Estados Unidos, Portugal, Itália, Chile e tantos outros países, elevando o nome da artista alagoana. Realizar uma exposição, hoje, seria difícil, pois seus trabalhos são muito requisitados por arquitetos e decoradores.

Todos os quadros que ornamentam o gabinete da presidência do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, - para quem não sabe - são trabalhos de Célia Santos.



EXEMPLO DE SUPERAÇÃO PELA MÚSICA



No Tribunal de Contas de Alagoas, Francisco Elpídio de Gouveia Bezerra é Analista de Contas e atualmente presidente do Sindcontas-AL (Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas de Alagoas). No mundo musical é Chico Elpídio, músico, compositor e cantor, com três cd's gravados e mais de 200 músicas compostas. "Sou um alagoano apaixonado por música e futebol, atento aos sons e às belezas naturais dessa terra maravilhosa. Meu patrimônio: Luana, Brunno e Rafael (filhos), um neto Manoel e Edson Bezerra, meu "brother", sociólogo, o poeta da família", costuma dizer.

Começou a compor ainda adolescente, aos 16 anos, participou de vários conjuntos musicais e bandas, como violonista, cantor e compositor, ao lado do irmão Edson Bezerra, cantor e também compositor. Com o "Kuka Samba", grupo da moda na época, cantando no carnaval do Clube Fênix Alagoana, conseguiu o dinheiro para comprar um Fusca, seu primeiro carro. "As bandas pagavam um dinheirinho bom e participei de várias delas, ganhando uns trocados" relembra.

Discos gravados

Com três CDs gravados – Duas caras, Dilúvio e Contemporâneo – Chico começou ainda no tempo do LP, quando viu sua "Poder é querer", uma parceria com Eliezer Setton, como terceira colocada no IV Festival Universitário de Música (DCE/UFAL), gravada em long play.

Em 1994, como integrante do Grupo Terra, participou pela primeira vez do "Canta Nordeste", festival de música patrocinado pela Rede Globo, aberto a compositores nordestinos. A música "Serra Pau", composta por Chico Elpídio e Eliezer Setton, sagrou-se campeã da fase alagoana, ganhando o direito de participar da segunda fase em Fortaleza, sendo também classificada. Na final, em Recife, ficou em quinto lugar e obteve o direito de participar do LP "Canta Nordeste", produzido pela Rede Globo.

Grupo Terra

Esse grupo musical teve participação tão importante no cenário artístico alagoano, marcando uma época, que vai virar filme. Fizeram parte dele vários músicos, alguns ainda hoje em atividade, que engrandeceram o nome de Alagoas em outras terras. Dele participaram, dentre outros: Edson Bezerra e Eliezer Setton, vocais; Chico Elpídio, violão e vocal; Messias Gancho, baixo; Cláudio Carlos, bateria, Beto Batera, percussão; Jorge Quintella Filho, flauta doce e Zailton Sarmiento, viola de dez cordas. Um pequeno número de compositores, cuidadosamente escolhidos, compunha para o Grupo Terra: Paulo Renault Braga Villas Boas, Marcondes Costa e Laérson

O cineasta Pedro da Rocha está gravando um documentário sobre o Grupo Terra, contando a sua trajetória, formação, gravação do LP, as músicas das novelas e os shows realizados. Participantes, compositores e amigos como

Marcondes Costa, Marcos Costa, Joaquim Alves, Dalton Melo Sá, Suetônio Sarmiento e Cavalcante Barros darão depoimentos, contando um pouco da história do grupo.

Acidente doméstico

No auge da carreira, Chico Elpídio sofreu um acidente doméstico, que resultou na amputação do dedo anular da mão esquerda, importante para um violonista destro. Aposentou o violão e desistiu da música, sentindo-se um inválido. Passado longo tempo, um amigo manifestou interesse de vê-lo tocando novamente. O convencimento foi tão forte que ele voltou. Passou a inventar novos acordes e, hoje, está aí, com o seu estilo próprio de tocar, fazendo escola. Um exemplo de superação e de amor à música.

Mesmice local

Chico Elpídio fala da decadência musical da noite alagoana, em tom de reclamação: "Estamos cansados de ouvir convites de apresentação de artistas locais, em restaurantes e bares, sempre interpretando músicas de autores nacionais, já consagrados". E aponta a saída: "Por que não cantar as composições de quem continua aqui, compondo, gravando CDs, procurando elevar a qualidade da música alagoana? Vejam os exemplos de Júnior Almeida, Macleim, Eliezer Setton, Ibys Maceió, Telma Soares, Antônio do Carmo, Grupo Labareda do Forró, Banda Sifão, Grupo Terra e tantos outros. Esse é o caminho para sair da mesmice".

PROJETO BUSCA DISSEMINAR A PRÁTICA ESPORTIVA ENTRE SERVIDORES DO TCE

A partir de 2007, os atletas do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas intensificaram suas atividades em eventos realizados em Alagoas e em outros Estados, quando em novembro uma delegação participou da I Olimpíada de Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil e da II Olimpíada de Servidores dos Organismos de Controle Público dos Países do Mercosul, realizado em Blumenau (SC).

Nordestão

De uma conversa entre Daniel Albuquerque (TCE/AL), coordenador de Esportes e Manoel Augusto da Cunha Filho, presidente da Associação dos Servidores do TCE/BA, nasceu a ideia da criação do Nordestão - um encontro esportivo entre os Tribunais de Contas do Nordeste do Brasil. De lá pra cá, já foram realizados cinco edições do Nordestão. Pela ordem: Fortaleza (1º e 3º), João Pessoa (2º), Salvador (4º) e Maceió (5º). O próximo será realizado em Teresina (PI).

Jogos Internos

Os primeiros jogos internos foram realizadas em 2008, no período de 12 a 20 de setembro, com a participação de cerca de 600 atletas, entre funcionários efetivos, comissionados e terceirizados. A integração foi tão perfeita que conselheiros, auditores, procurados e diretores

participaram de várias modalidades e estiveram presentes em todos os instantes do evento. Foram disputados: futebol de campo, corrida rústica, sinuca, tênis de mesa, xadrez, dominó, tiro ao alvo, futsal e natação.

“É evidente a importância do projeto ao estreitar os laços entre os tribunais e disseminar a essência do esporte entre os participantes.”





CORAL CANTOS & CONTAS, INTEGRA E ENCANTA SERVIDORES DO TCE

Composto por 25 integrantes, o Coral Cantos & Contas, criado em 29 de abril de 1998, onde quer que se apresente, recebe calorosos aplausos das platéias.

O Coral, que é regido pelo maestro Gustavo Campos Lima, licenciado em música pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL e membro fundador da Associação Brasileira de Regentes de Coros, surgiu como um instrumento educativo e meditativo, definindo regras de convivência e cobrando dedicação e responsabilidade de seus componentes.

Por muitas vezes aplaudido de pé em suas apresentações, dentro e fora do Estado, o Coral do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas tem como meta primordial, a divulgação do nome da instituição e a congregação dos seus servidores.

A Coordenadora Geral do Coral Cantos & Cantos do TCE, Sidilene Cavalcante Costa, diz que o maior êxito do grupo é a certeza de que o objetivo está sendo alcançado e que o Coral já tem agendado para este ano, várias apresentações oficiais dentro do Estado.





A DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO ESTADUAL MODERNIZOU SUAS ROTINAS DE TRABALHO

A Diretoria de Fiscalização e Administração Financeira Orçamentária Estadual (Dfafoe), dirigida pelo economista Ismael Santos da Silva desde o mês de junho deste ano, passou por modificações estruturais e reprogramou seus métodos de trabalho, para melhor desempenhar o papel de órgão fiscalizador das contas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público Estadual.

O trabalho inicial foi o de atualizar a legislação na qual a Dfafoe se baseava até então, criando um novo check list de documentos a serem remetidos pelos jurisdicionados ao Tribunal. Antes era feito a análise também dos balancetes, mas sentimos a necessidade de realizar uma análise técnica

mais aplicada. “Para realizar esse trabalho, contamos com a colaboração do diretor adjunto Jurandir Alexandre dos Santos Filho que, com a sua grande experiência, ajudou a elaborar os novos roteiros da fiscalização estadual”, disse Ismael.

A partir dessas mudanças, estamos trabalhando com o novo Plano de Contas adotado pelos órgãos do Estado e, por isso, realizamos um treinamento com os nossos técnicos para que saibam analisar, com mais precisão, a documentação recebida dentro dos novos padrões. Ao detectarmos a falta de documentos nas prestações de contas de qualquer um dos jurisdicionados, comunicamos ao conselheiro relator que, por sua vez, poderá determinar as diligências necessárias.



ASTCA MODERNIZA-SE PARA CUIDAR DA SAÚDE E DO BEM-ESTAR DOS ASSOCIADOS

Dirigida atualmente por uma equipe de mulheres, a ASTCA fundada em 15 de setembro de 1967, sob a denominação de Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, vem tomando novos rumos, através da modernização de suas instalações, com o objetivo de tornar-se uma entidade capaz de promover as atividades sociais, os interesses dos servidores, o lazer, a convivência, a cultura, e o conagraçamento dos associados e de seus familiares.

O segredo, segundo sua presidente Esmeralda Maria de Oliveira Costa, é “trabalhar em equipe, não decidindo nada isoladamente. Costumamos discutir os assuntos em conjunto e a decisão reflete o pensamento de todas”. Completam a diretoria: Lúcia Maria Santos Batista, diretora financeira e Ana Valéria Matos Cardoso, diretora administrativa.

Academia

Com a academia renovada, com novos equipamentos e mais modalidades de atividades físicas, a Astca procura sempre melhores alternativas para os seus associados. Atualmente, coloca à disposição de todos: musculação, dança, ginástica localizada, GAP (glúteo, abdome e perna), alongamento, hidrogenástica, natação para crianças, pilates, jump/step. Encontra-se em organização um grupo de hidrogenástica exclusivo para idosos. Os participantes submetem-se a testes de aptidão física antes de ingressar em qualquer modalidade de exercício. Todos esses eventos acontecem sob a supervisão de profissionais experientes.

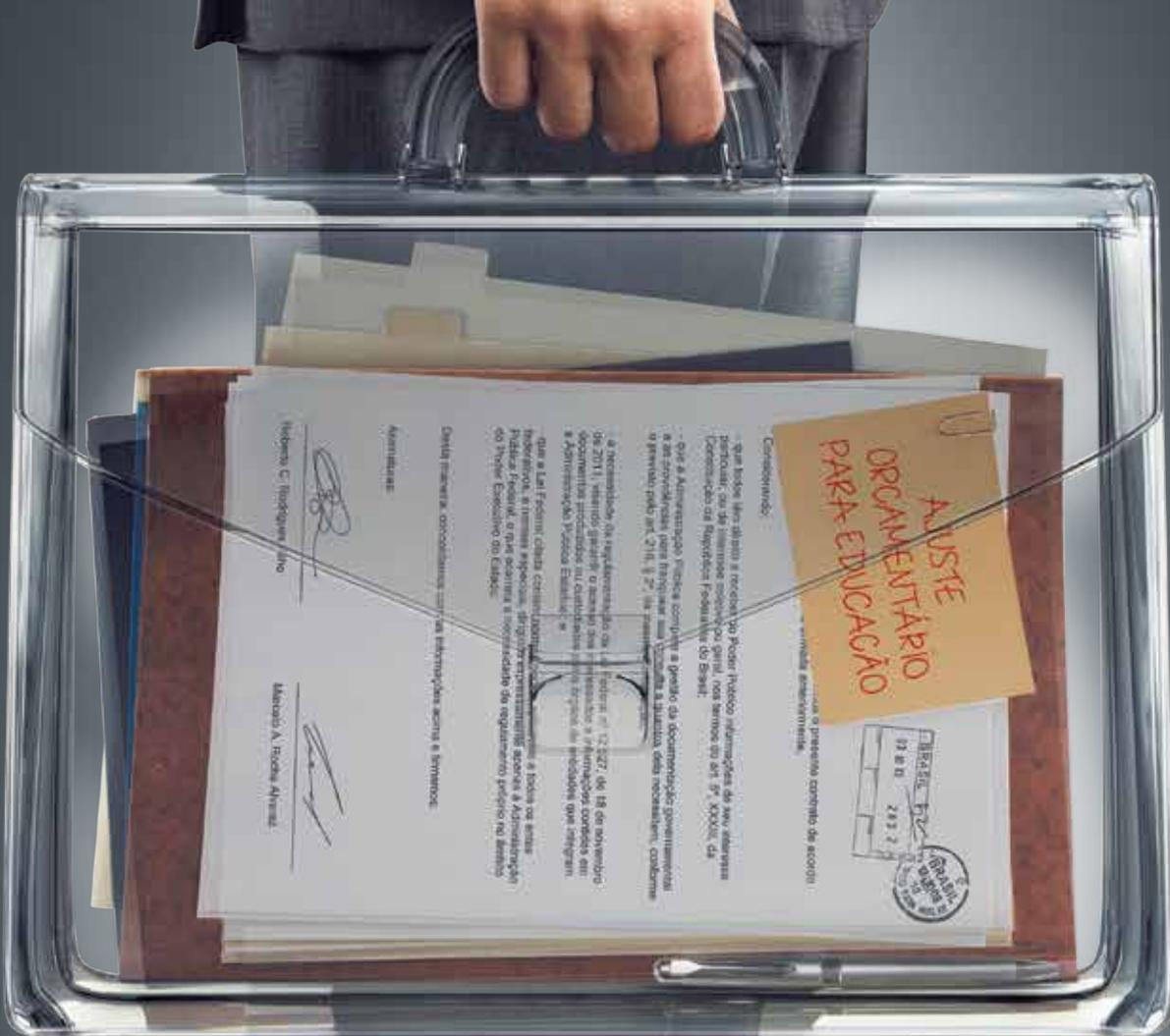
Fundação

A Fundação Monsenhor Pedro Cavalcante (Fumep), fundada em 1983,

foi criada com o objetivo de proporcionar o bem-estar físico, intelectual e social dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas. Na época, os servidores com formação em medicina, odontologia, serviço social e educação física, foram deslocados para a Fumep. O seu primeiro presidente foi Luiz Cláudio de Farias, então diretor financeiro do TCE/AL. O nome da Fundação foi uma homenagem ao primeiro presidente do Tribunal.

Depois de ser administrada pela diretoria da Astca, por recomendação do Ministério Público Estadual, voltou a eleger seus próprios diretores no dia 13 de outubro de 2015, sendo escolhidas: Rosana Maria Lima Albuquerque, diretora-presidente, Stela Maria B. Guimarães, vice-presidente e Esmeralda Maria de Oliveira Costa, diretora financeira.

COM O DIÁRIO OFICIAL,
SÓ NÃO VÊ
QUEM NÃO QUER.



SÓ É OFICIAL QUANDO ESTÁ AQUI.

O Diário Oficial é o instrumento de transparência das empresas privadas e dos órgãos públicos. E para você a melhor ferramenta de fiscalização das leis, atos, licitações, contratos e tudo de oficial que acontece no estado. Por isso, com o Diário Oficial, tudo fica transparente.



IMPRESA OFICIAL
GRACILIANO RAMOS

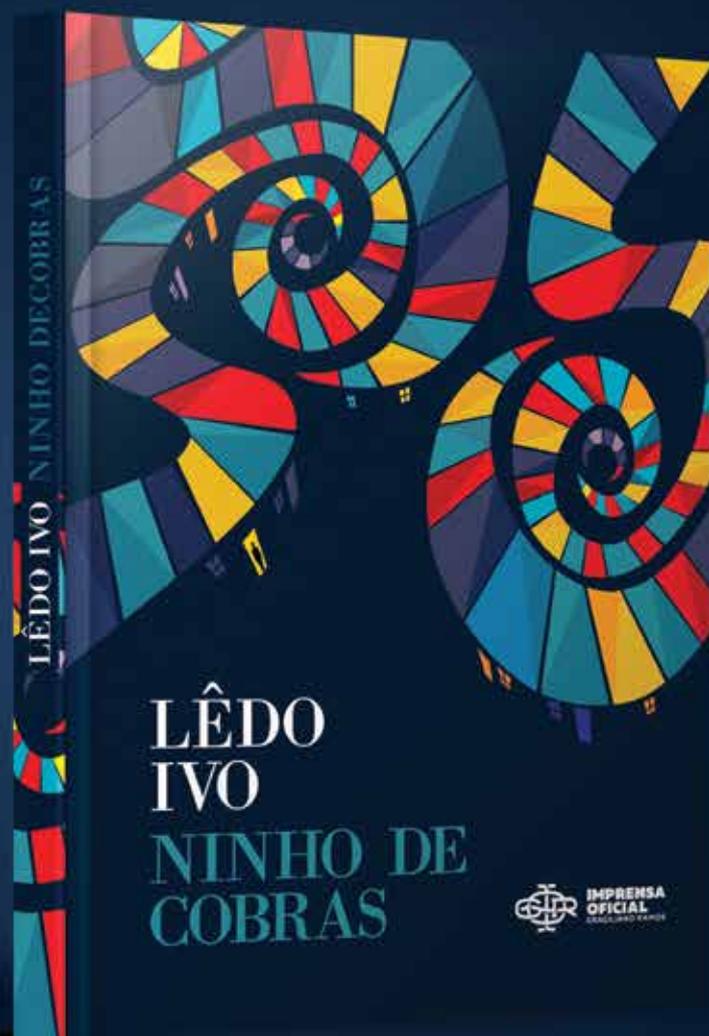
Secretaria de
Planejamento,
Gestão e Patrimônio



WWW.IMPRESAOFICIAL.AL

UMA OBRA-PRIMA DA LITERATURA ESTÁ DE VOLTA

A Imprensa Oficial Graciliano Ramos
apresenta a nova edição do romance
Ninho de Cobras, a magistral história
inventada por um dos mais celebrados
escritores alagoanos



**IMPRESA
OFICIAL**
GRACILIANO RAMOS

Secretaria de Estado
do Planejamento,
Gestão e Patrimônio



IMPRESAOFICIAL.AL